



LAWYERS WITHOUT BORDERS
AVOCATS SANS FRONTIERES
ABOGADOS SIN FRONTERAS
Canada

IMPACTO DOS CONFLITOS ARMADOS NA VIDA DAS MULHERES E RAPARIGAS EM MOÇAMBIQUE

*Relatório da pesquisa de campo nas províncias
de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza*





LAWYERS WITHOUT BORDERS
AVOCATS SANS FRONTIERES
ABOGADOS SIN FRONTERAS
Canada

IMPACTO DOS CONFLITOS ARMADOS NA VIDA DAS MULHERES E RAPARIGAS EM MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO DA PESQUISA DE CAMPO NAS PROVÍNCIAS
DE NAMPULA, ZAMBÉZIA, SOFALA E GAZA

O presente relatório é parte do projeto
“Fortalecimento do acesso à justiça em Moçambique”
realizado pela ASFC com o apoio do Governo do Canadá
através de Assuntos Globais Canadá.

Canada 

As opiniões expressas neste relatório são dos autores da pesquisa e
não correspondem necessariamente à posição do governo canadense

ÍNDICE

Prólogo	5
Agradecimentos	7
Abreviaturas e Acrónimos	9
Sumário Executivo	11
Introdução	13
Objectivos do Estudo	14
Problematização	14
Metodologia	15
Capítulo I: Quadro Conceptual	21
1.1 Conflito Armado	21
1.2 Género e Violência Contra a Mulher	21
1.3 Reconciliação Nacional, Coexistência Pacífica e Justiça Transicional	23
Capítulo II: Conflito Armado Pós-Independência em Moçambique	27
2.1 Breve Historial	27
2.2 Causas do Conflito Armado em Moçambique	28
2.2.1 Causas Políticas	28
2.2.2 Causas Sociais	29
2.2.3 Causas Económicas	30
Capítulo III: Situação das Mulheres nos Conflitos Armados	33
3.1 Visão Geral Sobre a Violência Contra Mulheres e Raparigas Durante os Conflitos Armados	33
3.2 As Violações de Direitos Humanos sofridas pelas Mulheres nos Conflitos Armados	33
3.3 O Tratamento da Mulher na Sociedade Moçambicana	34
3.3.1 As Formas de Violência Sofrida Pelas Mulheres e Raparigas Moçambicanas Durante os Períodos de Conflito	35
3.3.2 Percepção Social da Motivação da Violência Contra a Mulher no Conflito Armado em Moçambique	38
3.3.3 Perfil das Víctimas do Estudo	39
3.4 Participação das Mulheres nos Conflitos em Moçambique	40
3.5 Impacto da Violência Sofrida Durante o Conflito Armado na Vida de Mulheres e Raparigas	44
3.5.1 Impacto Social	44
3.5.2 Impacto Económico	45
3.5.3 Impacto Físico e Psicológico	46
3.6 O Fim do Conflito e a Retomada da Paz em Moçambique: Processos de Reconciliação Adoptados	48
Capítulo IV: A Participação das Mulheres nos Processos de Paz Reconciliação Nacional e Coexistência Pacífica Pós-Conflito	53
4.1 Panorama Situacional e Experiências Internacionais	53
4.2 Contributo da Mulher na Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos	54
4.3 Panorama Situacional de Moçambique	56
Capítulo V: Medidas de Reparação Pós-Conflitos Armados para as Mulheres	61
5.1 Panorama Nacional de Reparação Pós-Conflitos em Moçambique	61
5.2 Leis de Amnistia e Reconciliação Nacional	62
5.3 Acesso à Justiça e Instituições de Apoio Para as Mulheres	63
5.4 Propostas de Medidas de Reparação Individuais e Colectivas e de Não Repetição	64
Considerações Finais e Recomendações	67
Anexo I	71
Anexo II	77
Referências Bibliográficas	81

Prólogo

Os conflitos armados acarretam graves consequências na saúde física e psicológica, e no desenvolvimento social e profissional de pessoas e comunidades afetando de maneira determinante o desenrolar do curso de vida de quem se vê atingido por tal violência. Como manifestado por uma das entrevistadas para a elaboração deste relatório, as vítimas sofrem de forma permanente a interrupção de “um futuro que nunca chegou”.

Escutar a voz daquelas que sofreram na própria vida, e do seu entorno, as consequências dos conflitos armados, é essencial para se percorrer um caminho que leve à consolidação de um processo de paz e reconciliação duradouro e garanta o acesso à justiça das vítimas e seu empoderamento e emancipação. É com essa convicção que a Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC) se uniu à organização de direitos humanos Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento - MULEIDE e à instituição de pesquisa Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI/ISRI) para realizar um processo de consulta e escuta de vítimas do conflito armado dos 16 anos e das hostilidades militares do período de 2012 a 2014 visando ouvir diretamente delas, em suas próprias palavras, os relatos sobre as violências que sofreram, e, principalmente, as consequências das mesmas na sua saúde física e mental e no tecido social de suas comunidades.

Além disso, a consulta se propôs a ouvir das mulheres suas demandas de medidas que seriam eficazes para apoiá-las para superar, ou ao menos minimizar, as consequências negativas e traumas do conflito armado nas suas vidas e de suas famílias. Dos resultados da consulta constata-se que, acima de tudo, as mulheres pedem para ser escutadas e que se preserve a sua memória garantindo-se o resgate histórico dos acontecimentos do passado para que o que ocorreu não volte a se repetir nas gerações vindouras. Além disso, reivindicam ações que garantam o direito à educação para os seus descendentes e acesso a projectos de geração de renda que permitam reduzir o impacto das privações económicas a que estão expostas.

A produção deste estudo está estreitamente vinculada aos demais componentes e objetivos do projeto “Fortalecimento do Acesso à Justiça em Moçambique”, que a ASFC leva a cabo em Moçambique, que visa empoderar as mulheres para combater a violência de gênero e contribuir ativamente para instaurar um diálogo nacional sobre justiça transicional e os direitos das mulheres.

O presente estudo apresenta os resultados qualitativos de entrevistas realizadas em quatro províncias do país – Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza – com 245 vítimas diretas e indiretas do conflito, na sua grande maioria mulheres, em entrevistas coletivas. Ao longo do texto são registrados os relatos doloridos de mulheres que viram suas vidas e seus planos futuros serem interrompidos de forma brutal, o que deixou sequelas físicas e psicológicas com as quais precisam lidar diariamente, além do grave impacto económico nos seus meios de subsistência que exacerbou ainda mais a situação de pobreza a que estão expostas.

A ASFC está ciente das limitações da presente pesquisa, já que se trata de um número reduzido de vítimas entrevistadas provenientes de apenas 16 distritos do país. Porém, nunca se pretendeu com este estudo exaurir o tema, mas sim privilegiar o espaço de fala das mulheres vítimas dos conflitos armados no país e dar um primeiro passo para a realização de consultas mais amplas e abrangentes nos próximos anos direcionadas a levar, por fim, a voz e as necessidades das vítimas ao centro dos processos de reconciliação nacional.

Desta forma, a ASFC acredita que os resultados das consultas transcritas neste relatório constituem um importante instrumento de trabalho, tanto para o Estado como para a sociedade civil organizada, neste momento chave no qual Moçambique empreende iniciativas recentes em busca da paz. O presente estudo contribui aos passos iniciais de um processo de justiça de transição, promovendo a busca da verdade ao mesmo tempo que apresenta recomendações e subsídios para a construção de um roteiro direcionado à instauração de um processo inclusivo, participativo e efetivo de paz e reconciliação em Moçambique.

A ASFC agradece a todas as entidades envolvidas na produção deste documento, à MULEIDE pela parceria, ao Alto Comissariado do Canadá por seu apoio e aos pesquisadores que percorreram diversas partes do país para entrevistar vítimas dos conflitos e se debruçaram sobre a análise dos resultados e redação do presente relatório. De maneira especial, a ASFC estende o seu mais profundo agradecimento às mulheres, vítimas diretas e indiretas do conflito, que se dispuseram de forma corajosa a compartilhar conosco suas histórias de vida - o que inegavelmente implicou reviver traumas e experiências dolorosas - permitindo que suas vozes sejam escutadas, suas demandas e necessidades partilhadas, e demonstrando, mais uma vez seu exemplo de resiliência, força e superação.



Pascal Paradis, Director-geral
Advogados Sem Fronteiras Canadá

Agradecimento

A Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) manifesta o seu profundo agradecimento pela colaboração e financiamento da Advogados sem fronteira Canadá na realização da pesquisa sobre o impacto do conflito na vida das mulheres e raparigas em Moçambique.

Os agradecimentos se estendem à equipa de pesquisadores do CEEI-ISRI que aceitaram e assumiram o desafio de trazer as vozes das vítimas do conflito que o país viveu durante os últimos anos num abnegado esforço de recolher e dar a conhecer à sociedade as vozes esquecidas de milhares de mulheres e raparigas cuja guerra anulou todas as possibilidades de terem melhores oportunidades de vida.

As violações dos direitos humanos das mulheres e raparigas no mundo e particularmente em situações de conflito, onde são muitas vezes usadas como armas de guerra, começam a ganhar alguma visibilidade e, o papel que as mulheres podem desempenhar em processos de paz são cada vez mais visíveis, não obstante a sua contínua ausência nesses processo por razões de vária ordem que o estudo procura explorar.

Neste contexto os resultados do estudo que aqui apresentamos representam uma pequena e singela contribuição para a construção de uma consciência sobre o impacto específico que as violações dos direitos humanos das mulheres têm na sociedade e na construção da paz que, servirão de base para o contínuo trabalho da MULEIDE e de outras organizações feministas na protecção e defesa dos direitos das mulheres em Moçambique, assente nos pilares de uma justiça transicional que seja capaz de dar voz às vítimas de conflitos e de compensar, onde for possível, pelos danos destes na vida das mulheres e raparigas que representam mais de 50% da população moçambicana;

Filipa Baltazar da Costa
Presidente da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento - MULEIDE

Agradecimento

A elaboração deste estudo sobre o impacto do conflito na vida das mulheres e raparigas em Moçambique, constituiu um grande desafio, sobretudo para o caso de Moçambique que viveu 16 anos de um longo conflito armado e teve sérias consequências para a população moçambicana no geral e para as mulheres em particular. Actualmente, o país começa a dar passos significativos em prol da igualdade de género e empoderamento da mulher. Neste contexto, o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais (CEEI-ISRI) em parceria com a Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) agradecem à todas as pessoas e instituições que de forma directa e indirecta contribuíram e facilitaram o processo de recolha de dados nas Províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza e que constituíram a base para a concepção e produção deste estudo.

As contribuições significativas para a elaboração deste Perfil de Género foram feitas por entrevistados e entrevistadas nos círculos de conversa em 16 Distritos das 4 províncias acima referenciadas cujas autoridades e organizações locais desempenharam um importante papel na identificação das vítimas e organização dos círculos de conversa.

Agradecimentos também vão à todas as vítimas directas e indirectas do conflito que, de forma generosa e calorosa, aceitaram o desafio de nos contar as suas estórias de vida cheias de dor e actos de coragem, dando não só o seu contributo com informações úteis, como também avançando com propostas sobre como podem ser minimizados os impactos dos conflitos nas suas vidas e de suas famílias e dessa forma serem parte integrante do processo de reconciliação nacional.

Agradecimentos especiais são dirigidos à MULEIDE e à Advogados Sem Fronteira Canadá pelo acolhimento desta iniciativa desde a fase inicial de apresentação da proposta desta pesquisa sobre o impacto do conflito na vida das mulheres e raparigas, passando por todos os processos que culminaram com este produto final, que sem dúvidas constituirá um instrumento de trabalho para todos os actores que trabalham em prol da defesa dos direitos humanos das mulheres, principalmente em situações de conflito onde se registam maiores violações.

João Gabriel de Barros,
Director do CEEI-ISRI

Abreviaturas e Acrónimos

AGP	Acordo Geral de Paz
ASFC	Advogados Sem Fronteiras Canadá
CEEI/ISRI	Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
CS	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desmilitarização, Desmobilização e Reintegração
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
MULEIDE	Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
ZANU	Zimbabwe African National Union
ZIPRA	Zimbabwe People's Revolutionary Army

Sumário Executivo

O presente estudo pretende entender como a violência político-militar no país afectou as mulheres e as raparigas e que medidas foram tomadas de forma a apoiar as mulheres vítimas da violência. O estudo visa trazer à luz os diferentes tipos de violações de direitos humanos e de violência cometidos contra as mulheres e raparigas no contexto dos conflitos armados considerando que, e segundo Moura, Silva et al (2012) *“A inexistência de dados, estudos e análises sobre violências (directas) contra mulheres e jovens do sexo feminino na Guiné-Bissau, Angola e em Moçambique, torna difícil a tarefa de traçar com precisão uma tipologia das violências cometidas contra estes grupos, ou aferir a sua evolução no pós-conflito armados”*.

Em termos de actores, o estudo privilegiou, entre outros aspectos, a análise dos principais perpetradores e as suas motivações, entre outros aspectos como forma de definir o perfil das vítimas do conflito armado usando critérios como a faixa etária, o gênero, grau de escolaridade, estado civil, filhos e perfil social e económico. Por outro lado, e considerando o papel da mulher como um factor importante na sociedade, o estudo analisou igualmente a participação directa ou indirecta das mulheres no conflito armado moçambicano cuja maior tónica incidiu sobre a guerra dos 16 anos. No final, o estudo identificou propostas de medidas de reparação – de carácter individual e colectivo – derivados das consequências dos conflitos armados na vida de mulheres e raparigas em Moçambique a partir da escuta das reivindicações das próprias vítimas.

Com recurso ao método histórico, técnicas documental, análise de conteúdo e entrevistas individuais e colectivas que se traduziram na organização de ciclos de conversa em 4 províncias (Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza) e 16 distritos, foi possível analisar as dinâmicas da violência armada e as consequências desta na vida das mulheres através da observação sistemática e entrevistas à mulheres de diferentes faixas etárias, homens, autoridades civis, militares e comunitárias e instituições partidárias.

O estudo do impacto do conflito na vida das mulheres e raparigas em Moçambique cobriu quatro províncias acima identificadas e essencialmente manteve o seu foco nas consequências da Guerra dos Dezasseis Anos, por se entender que este conflito armado causou mais sequelas psicológicas e traumáticas nos moçambicanos, devido a própria natureza da guerra e o nível de violência a que as vítimas do conflito foram expostas durante mais de uma década e meia de conflito. Durante a pesquisa de campo e os círculos de conversas que foram realizadas nas províncias cobertas pelo estudo, os participantes fizeram mais referência o conflito armado que terminou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, do que o Conflito Político Militar que terminou com a assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares, assinado em 2014, em Maputo. Tudo indica que isso ocorre porque a Guerra dos Dezasseis Anos causou muito mais traumas e psicopatologias do que o Conflito Político Militar de 2012. Para além disso, as hostilidades militares de 2012-2014 ocorreram em zonas específicas – Muxungue, Posto Administrativo do Distrito de Chibabava; e Gorongosa, na região de Satunjira e Casa Banana – e com menor intensidade, em comparação com o conflito armado dos dezasseis anos.

O conflito armado moçambicano teve diferentes implicações para os homens e mulheres, no domínio psicológico, físico, da saúde, económico e social. As implicações psicológicas da guerra resultaram de vários factores: primeiro, foram as acções de combate que provocavam o caos. O facto de terem vivido diariamente sob fogo cruzado, obrigou muitas mulheres a experimentarem situações de grande pressão emocional e de pânico por causa dos tiros e bombardeamentos. No entanto, a maior parte das sequelas resultaram das violações sexuais a que as mulheres eram submetidas. Foram notórias as consequências da violência cometida contra as mulheres durante o conflito pois, muitas demonstravam, nos ciclos de conversa, sentimentos de pavor e medo e, muitas vezes choravam. Entretanto importa referenciar que muitas mulheres, voluntária ou involuntariamente também tiveram participação significativa na guerra servindo às partes beligerantes em várias frentes como espias ou mesmo como operativas embora esse registo não tenha sido objecto de declarações directas.

Foi neste contexto de conflito e de reconhecimento do nível de violência a que foram expostas milhares de mulheres em todo o território nacional durante os conflitos armados que o estudo recomenda uma série de medidas de reparação e de justiça compensatória baseada no estabelecimento de políticas de reparações nacionais que permitam às vítimas primeiro serem reconhecidas como vítimas do conflito, num esforço para reparar danos, restaurar direitos e construir a confiança que tem sido quebrada a cada ciclo de conflitos armados no país sem que sejam consideradas as graves implicações que os mesmos acarretam para as mulheres e raparigas. Tais políticas e recomendações incluem compensações económicas, uma variedade de benefícios de saúde – física e mental – e educação, e medidas simbólicas, como um pedido de desculpas por parte do governo.

As questões sobre perdão e reconciliação foram abordadas durante todo o trabalho de campo realizado em Moçambique e tiveram um misto de respostas que variam entre a dificuldade de aceitar e perdoar de forma geral àqueles que elas acreditam terem sido os causadores do conflito. Das intervenções feitas pelos participantes nos círculos de conversas realizados nos distritos, notou-se que havia uma clara tentativa de separar as identidades dos que levaram a cabo acções que causaram violência e traumas psicológicos nas vítimas do conflito armado. As intervenções eram dominadas por identificações tais como “eles vinham atacavam, destruíam, matavam e nos raptavam”. Nas zonas onde o controlo era da RENAMO, “eles” eram as Forças de Defesa e Segurança do Governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO, enquanto nas zonas onde o controlo era Governamental, “eles” eram os homens armados da RENAMO. Há, por isso necessidade de reconhecer tais actos e desenvolver acções que possam contribuir para uma paz duradoura e para a criação de uma sociedade que reconheça o valor e a importância da mulher na construção da paz.

Introdução

Moçambique é um país da África Austral que alcançou a sua independência em 1975, depois de uma guerra colonial liderada pela Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, entre 1964 e 1974. Um ano depois da proclamação da sua independência nacional, Moçambique enfrentou um conflito armado que durou dezasseis anos, entre o governo liderado pela FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique – RENAMO. Duas décadas depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, em 1992, um conflito político-militar surgiu entre os antigos beligerantes da Guerra dos Dezasseis Anos. Em relação ao conflito armado que Moçambique experimentou, no período pós-independência e que vitimou cerca de um milhão de pessoas, entre militares e civis, particularmente nas zonas rurais, pouco se fala sobre o seu impacto sobre as mulheres e raparigas, tendo em conta que estas, juntamente com as crianças, têm sido as principais vítimas de conflitos armados modernos.

Neste contexto, através de uma parceria entre a organização Mulher, Lei e Desenvolvimento de Moçambique – MULEIDE, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique – CEEI/ISRI e a organização Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC), decidiu-se levar a cabo um estudo de base sobre o impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique. O estudo abarca dois períodos: o primeiro período compreende um horizonte temporal que se estende entre 1976 e 1992, durante o qual teve lugar o conflito armado entre a RENAMO e o Governo de Moçambique e que culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, no dia 04 de Outubro de 1992 e o segundo período encerra um horizonte temporal entre 2012 e 2014. Este período foi marcado pelo ressurgimento do conflito na forma de tensão política e hostilidades militares – Tensão Político-Militar – que culminou com a assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades, no dia 5 de Setembro de 2014¹. Entretanto, apesar de o estudo abarcar dois períodos de guerra, a proporção mais significativa da informação colectada através das entrevistas refere-se ao conflito dos 16 anos.

O documento produzido pretende servir como base para futuras discussões com vista a identificar mecanismos que permitam à sociedade moçambicana enveredar por práticas de justiça transicional adequadas às necessidades das mulheres e raparigas que foram vítimas de violência armada. Embora se reconheça mérito em investigações feitas anteriormente sobre a violência contra a mulher e rapariga, não se pode deixar de apontar algumas limitações das quais se destacam a dificuldade da extensão e aprofundamento destes estudos.

Os estudos sobre a violência contra a mulher e rapariga, nos últimos tempos, não permitiram aflorar o impacto dos diferentes tipos de violência na estrutura e vida das mulheres, tendo em conta os diversos papéis que estas podem e efetivamente desempenham na sociedade. Parte significativa dos estudos até então realizados, priorizou aspectos como a violência doméstica, prostituição, incluindo a infantil, exclusão social, entre outras, não se debruçando de uma forma objectiva na violência armada. Argumenta-se, a exclusão da violência armada nos estudos feitos, pode estar relacionada com o facto de esta estar confinada maioritariamente às zonas rurais, não atingindo mulheres com influência e poder na sociedade.

A extensão territorial e os diferentes programas inerentes à mobilidade das comunidades, não permitiram a realização de estudos sistemáticos e consequentes sobre a violência contra a mulher e rapariga em períodos pós-conflito. O presente estudo sobre o impacto do conflito armado na vida das mulheres e raparigas em Moçambique realiza-se num momento em que é já possível alargar e aprofundar a investigação em áreas urbanas, periurbanas e rurais, de forma consequente, sistemática e isenta. Contudo, além da nova situação em que se enquadra o estudo, há ainda a destacar alguns aspectos inovadores considerados actuais tais como a possibilidade de apresentação de propostas que visem reparar e dar resposta aos efeitos da violência contra a mulher e a rapariga nos conflitos armados em Moçambique, com destaque para abusos, violações, exploração sexual, tortura física e psicológica, casamentos e trabalhos forçados, mutilação de órgãos como as mãos, nariz, olhos, orelhas, entre outros.

¹ Depois da assinatura do Acordo de Cessão de Hostilidades Militares em Setembro de 2014, foram realizadas Eleições Gerais. Depois da publicação dos resultados, a tensão política e as hostilidades militares retomaram. Estas terminaram com o anúncio de tréguas, por parte do Presidente da RENAMO, no dia 27 de Dezembro de 2016. A partir daí, um conjunto de consensos entre o Presidente da República e o Presidente da RENAMO permitiram que fossem criadas Comissões Mistas de Negociação Para Paz Efetiva, em Moçambique. A cronologia detalhada dos eventos e os documentos oficiais dos consensos, sobretudo da Comissão Mista, podem ser encontrados no livro “*A Caminho da Paz Definitiva: Iceberg, o Interesse Nacional e a Segurança do Estado*” (Veloso, 2018: 108-141).

Objectivos do Estudo

O presente estudo contribui para os seguintes fins:

- 1 A recolha de informação registrada e sistematizada sobre a violência sofrida pelas mulheres durante o conflito que constituem graves violações dos direitos humanos;
- 2 O entendimento dos níveis, actores, e motivações relacionadas com a problemática da violência contra a mulher e rapariga em Moçambique e;
- 3 A identificação de mecanismos de protecção e compensação das mulheres e raparigas vítimas da violência em contexto de conflito armado a partir da escuta e sistematização das reivindicações das vítimas.

Problematização

² As negociações de paz que culminaram com a Assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 não consideraram as questões do género e nem o sofrimento humano de milhares de mulheres, raparigas e crianças que sofreram durante o conflito tendo sim um acordo essencialmente político. Este Acordo esteve essencialmente focado, segundo Tomás Vieira Mário (2004), em seis grupos de subtemas que giravam à volta de quatro grandes questões que depois se reflectiram nos protocolos específicos que acompanharam a assinatura do Acordo Geral de Paz entre eles: Questões Militares, Garantias do cessar-fogo, Cessar-fogo e a conferência dos países doadores para o financiamento do processo eleitoral, programas de emergência e reintegração social das populações deslocadas e refugiadas.

Desde a década de 1990, a reconciliação nacional é um dos pilares sociais, políticos e económicos da paz em Moçambique, no âmbito da implementação do Acordo Geral de Paz. Nos últimos tempos, essa temática tem vindo a dominar o cenário político das actuais negociações iniciadas em 2012 e que tiveram uma pausa com a assinatura do acordo de cessação de hostilidades (2014) e a realização das quintas eleições gerais e multipartidárias. As negociações de paz em curso entre o Governo e a RENAMO intensificam esse foco nacional na política doméstica de solução do conflito.

Apesar da recente intensificação dos esforços nacionais e dos parceiros de cooperação para o alcance da paz, tal como aconteceu em 1992², as considerações sobre o género, o uso de mulheres como meio de guerra, o impacto da violência cometida contra mulheres e raparigas durante os conflitos, e necessidade do perdão e do reconhecimento dos horrores cometidos durante a guerra têm sido sistematicamente ignoradas abrindo espaços para o que Moura *et al* (2012) consideram como “uma nova etapa de acumulação de velhas e novas violências, de velhas e novas inseguranças que, ao serem ignoradas constituem formas embrionárias de um novo pré-guerra...”.

O fim dos conflitos armados, em Moçambique, foi sempre marcado por assinatura de acordos de paz e leis de amnistia. O Acordo Geral de Paz de Roma de 1992 foi aprovado pela Lei nº 13/92 de 14 de Outubro e foi acompanhado pela Lei nº 15/92 que amnistiava os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado. A tensão político-militar e as hostilidades militares terminaram com assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares em 2014 e foi acompanhado pela Lei nº 17/2014 que amnistiava os crimes cometidos durante o período de vigência das referidas hostilidades militares. É importante se notar que, quer em 1992 assim como em 2014, os esforços para a construção da paz não envolveram a dimensão das vítimas e nem dos direitos humanos.

Metodologia

O estudo centrou-se numa abordagem qualitativa, com recurso ao método histórico, técnica documental, análise de conteúdo, entrevistas colectivas que se traduziram na organização de ciclos de conversa – *Peer Spirit Circling*³ – nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza e história de vida⁴ com recurso à questionários com perguntas abertas e semiabertas que orientaram as rodas de conversa. Essas ferramentas metodológicas permitiram analisar as dinâmicas da violência armada, as consequências na vida das mulheres afectadas e sistematizar os mecanismos de justiça transicional adequados para dar resposta às necessidades das mulheres e raparigas que foram vítimas de violência em Moçambique durante os conflitos armados, com maior incidência sobre a Guerra dos Dezasseis Anos.

Este estudo, é essencialmente qualitativo e baseou-se na recolha de relatos e na análise qualitativa das respostas dadas em um esforço de dar voz às vítimas dos conflitos nacionais, e de se obter um panorama narrativo de como as mulheres foram afectadas pela guerra.

Tendo em vista que o estudo abordaria somente um número limitado de províncias, a equipa identificou alguns critérios para a seleção das províncias a serem incluídas na pesquisa e no trabalho de campo. A escolha das quatro províncias referidas baseia-se no facto de as mesmas apresentarem características específicas, sobretudo em relação à intensidade do conflito e da violência armada, a abrangência geográfica do conflito e o valor estratégico que as mesmas desempenharam no quadro dos conflitos armados em Moçambique.

A província de Nampula foi uma das províncias do norte mais afectadas pelo conflito armado e onde se registaram intensas confrontações entre as tropas governamentais e a RENAMO.

A Província de Gaza registou elevados níveis de violência extrema durante o conflito dos dezasseis anos, criando um sentimento regional de aversão à RENAMO e que tem efeitos visíveis nos processos eleitorais realizados até o presente momento, em Moçambique.

A Província da Zambézia registou intensos ataques durante a guerra dos dezasseis anos e chegou mesmo a ser quase ocupada na sua totalidade pelas forças da RENAMO, tendo em conta o valor estratégico da mesma para abastecimento e logística de suprimentos para a RENAMO que vinham do mar e eram escoados para o interior pelo Zambeze e seus afluentes.

A Província de Sofala tem suas especificidades, visto que é nesta região onde a RENAMO instalou a sua Base Central, na Serra da Gorongosa. Este ponto representa uma amostra bastante importante, tendo em conta os tipos de violência organizada perpetrada e as relações estabelecidas entre as Forças da RENAMO, as Forças Governamentais e as comunidades locais, em termos de informações e provisão de suprimentos. Para além disso, foi em Sofala onde iniciaram as hostilidades militares entre 2012 e 2014 e neste ponto, concretamente, em Muxungué, onde se localizava o principal teatro de operações.

O estudo teve como grupo-alvo mulheres e raparigas, de diferentes faixas etárias; homens; autoridades civis, militares e comunitárias; instituições partidárias; órgãos de administração da justiça e da sociedade civil em geral; instituições da sociedade civil que lidam com a problemática da mulher e da rapariga; e instituições religiosas.

Em termos amostrais, decidiu-se, inicialmente, realizar círculos de conversas – *Peer Spirit Circling* – com dez vítimas em quatro províncias, onde os conflitos armados se fizeram sentir com maior intensidade, tanto entre 1976-1992, quanto entre 2012-2014. Todavia, no terreno, o número esperado foi maior ou menor, nos diversos distritos, onde o estudo foi levado a cabo, como se pode constatar nos dados patentes na tabela, abaixo.

³ É uma metodologia moderna inspirada na tradição milenar da roda de conversas que ajuda as pessoas a se reunirem em conversas que preenchem o seu potencial para o diálogo, partilha de experiência, e consciência da sua condição com base na sabedoria obedecendo os princípios de liderança activa, responsabilidade compartilhada e um propósito que une os participantes. Esta é uma metodologia bastante eficaz para o objectivo principal do projecto na medida em que permite que os membros do círculo honrem todas as vozes e experiências presentes e convida a sabedoria coletiva a estar no centro das discussões e da experiência de violência a que estiveram sujeitos os membros das comunidades com destaque para as mulheres e raparigas.

⁴ A História de Vida é uma técnica que foi usada para a recolha de informações no campo onde o estudo foi realizado. Esta é uma técnica que consiste em obter informações referentes a determinada pessoa, instituição ou organização, tendo em conta as fases da sua vida (Lakatos, 1979:30). Para o caso em apreço, a técnica da história de vida foi usada nas entrevistas individuais, com vista a mapear os dados sobre a violência armada que as vítimas entrevistadas sofreram. Essa técnica foi usada somente para as mulheres vítimas de violência armada, durante os conflitos militares, em Moçambique.

Distribuição da Amostra: Participantes dos Círculos de Conversas

Distribuição da Amostra: Participantes dos Círculos de Conversas

A tabela, abaixo, apresenta a distribuição geral dos participantes dos círculos de conversa, tendo em conta as províncias e os distritos onde o estudo foi levado a cabo, bem como o número de mulheres e homens que participaram dos referidos círculos de conversas.

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS CÍRCULOS DE CONVERSAS POR PROVÍNCIAS, DISTRITOS E SEXO				
Províncias	Distritos	Casos	Homens	Mulheres
Nampula	Cidade de Nampula	07	0	7
	Distrito de Angoche	08	0	8
	Distrito de Mugovolas	07	0	7
	Distrito de Murrupula	10	0	10
	Total Provincial	32	0	32
Zambézia	Cidade de Quelimane	11	0	11
	Distrito de Milange	23	4	19
	Distrito de Mocuba	18	0	18
	Distrito de Maganja da Costa	36	0	36
	Total Provincial	88	4	84
Sofala	Cidade da Beira	18	0	18
	Distrito de Muandza	20	0	20
	Distrito de Gorongosa	32	6	26
	Distrito de Marromeu	17	1	16
	Total Provincial	87	7	80
Gaza	Cidade de Xai-Xai	9	5	4
	Distrito de Chokwe	10	2	8
	Distrito de Manjacaze	10	6	4
	Distrito de Chibuto	9	2	7
	Total Provincial	38	15	23
TOTAL GERAL		245	23	222

De acordo com os dados patentes na tabela acima, pode-se notar que a província da Zambézia, com 88 casos e Sofala com 87 casos são os pontos onde tiveram maior número de participantes nos círculos de conversas, contra 36 casos verificados na província de Gaza e 32 em Nampula.

DISTRIBUIÇÃO DO PERCENTUAL DA AMOSTRA DOS PARTICIPANTES DOS CÍRCULOS DE CONVERSA POR PROVÍNCIAS

Províncias	Casos	Percentagem
Província de Nampula	32	13.06%
Província da Zambézia	88	35.91%
Província de Sofala	87	35.51%
Província de Gaza	38	15.51%
Total	245	100.0%

Em termos percentuais, 35.91% dos participantes dos círculos de conversas foram da Província da Zambézia, contra 13.06% dos da província de Nampula, enquanto 35.51% foram da Província de Sofala, contra 15.51% que foram da Província de Gaza.

Em termos de género, a maioria dos participantes dos círculos de conversas conduzidos nas províncias onde o estudo foi levado a cabo foi do sexo feminino. Desta feita, 90.61% dos participantes dos círculos de conversas foram mulheres, enquanto apenas 9.38% foram homens.

DISTRIBUIÇÃO DO PERCENTUAL DA AMOSTRA DOS PARTICIPANTES DOS CÍRCULOS DE CONVERSA POR PROVÍNCIAS

Províncias	Casos	Homens		Mulheres		Total
		Casos	%	Casos	%	
Nampula	32	0	0.0%	32	100.0%	100.0%
Zambézia	88	4	4.54%	84	95.45%	100.0%
Sofala	87	7	8.04%	80	91.95%	100.0%
Gaza	38	15	39.47%	23	60.52%	100.0%
Total	245	23	9.38%	222	90.61%	100.0%

Em termos de distribuição dos participantes dos círculos de conversas por províncias e sexo, na tabela, acima, pode-se constatar que na Província de Nampula, todos os participantes foram do sexo feminino. Enquanto isso, na Província da Zambézia, 95.45% dos participantes foram mulheres, contra apenas 4.54% que foram homens. Já na Província de Sofala, 91.95% foram mulheres, contra apenas 8.04% que foram homens. Por último, na Província de Gaza, 90.61% foram mulheres, contra 9.38% que foram homens.

O processo de elaboração e materialização da pesquisa comportou cinco fases principais.

- **A primeira fase** consistiu num processo de co-produção da racionalidade do projecto pela Muleide e ASFC, em consulta com o CEEI/ISRI.

-
- **A segunda fase** deu-se com a revisão sistemática da literatura sobre conflitos armados, mulher, paz e segurança, levada a cabo pelo CEEI/ISRI.
 - **A terceira fase** consistiu na pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza. Nestas províncias foram realizados círculos de conversas com homens e mulheres vítimas de violência armada no Conflito dos Dezasseis Anos e no período da tensão político-militar em Moçambique.
 - **A quarta fase** consistiu na apresentação dos dados preliminares da pesquisa de campo no seminário sobre justiça de transição organizado pelos ASFC, em Maputo, onde foi possível partilhar os resultados preliminares e colher subsídios relevantes para a elaboração do relatório final do estudo. As observações e recomendações extraídas das apresentações e debates levados a cabo durante este evento se encontram no anexo 2 deste relatório.
 - **A quinta e última fase**, consistiu na elaboração do presente relatório.

Capítulo I:

Quadro

Conceptual

Quadro Conceptual

Para o quadro teórico e conceptual do presente estudo foram eleitos os conceitos de conflito armado, violência contra a mulher, reconciliação nacional e justiça transicional. Para apresentar o conceito de conflito armado foi necessário recorrer às discussões teóricas sobre conflito, nas suas concepções objetivas e subjectivas. Para o conceito de violência contra mulher, foi necessário apresentar os conceitos de violência e de género, para depois operacionaliza-lo em violência contra a mulher.

1.1 Conflito Armado

Objectivamente, e segundo Boulding (1962)⁵, o conflito é “*uma situação de competição em que as partes estão conscientes da incompatibilidade das posições possíveis na qual cada uma delas quer ocupar uma posição que é incompatível com a que a outra parte quer ocupar*”. Na Concepção subjectiva, segundo Burton (1969)⁶, o conflito é “*resultado de uma interpretação errada de uma situação objectiva, entendida em termos de situação incompatível*”.

Os conflitos armados são uma das formas mais extremas de manifestação do conflito. Trata-se de guerras e podem ser de dimensão intra ou inter-estatais⁷. Para ser considerado armado, ele deve obedecer alguns critérios como é o caso do uso de armas – que podem ser de fogo ou não – e possuir uma dimensão de durabilidade, abrangência e nível de violência que o coloquem acima de actos de vandalismo, rebelião ou manifestações.

De acordo com o **Comité Internacional da Cruz Vermelha**, “[o]s conflitos armados internacionais existem sempre que há recurso a forças armadas entre dois ou mais Estados. Os conflitos armados não internacionais são confrontos armados prolongados que ocorrem entre as forças armadas governamentais e as forças de um ou mais grupos armados, ou entre esses grupos que surgem no território de um Estado. O confronto armado deve atingir um nível mínimo de intensidade e as partes envolvidas no conflito devem demonstrar um mínimo de organização” (CICV, 1949).

1.2 Género e Violência Contra a Mulher

O conceito de violência é bastante vasto e varia de acordo com diversos factores com destaque para as áreas de conhecimento (Minayo, 1994:22; Gaspar, 2004:32 e Paviani, 2016:8-9). Para além disso, confunde-se de forma regular o conceito de violência com conceitos agressão ou ataques em que há contacto físico. Todavia, a realidade mostra que nem toda a violência resulta do contacto físico e que é necessário considerar outras dimensões da violência para além daquela exercida fisicamente.

A maioria dos teóricos dos estudos do conflito definem a violência como um acto que visa “infringir danos físicos, emocionais, psicológicos, sexuais ou materiais a outrem” (Gaspar, 2004: 32) com vista a satisfazer interesses individuais ou colectivos. O Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde (2002)⁸ da Organização Mundial da Saúde refere que a violência consiste no uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug, et al., 2002:5).

O livro “*Peace by Peaceful Means – Peace and Conflict, Development and Civilization*” publicado por Joah Galtung, em 1996, introduziu três formas principais de manifestação da violência nas relações sociais, políticas e económicas: violência física, violência estrutural e violência cultural (Galtung, 1996:2). Estas formas de manifestação de violência possuem vários desdobramentos específicos, tendo em conta a forma da sua manifestação e os mecanismos usados.

A violência física é aquela que se manifesta de forma directa, visível e observável com o objectivo de causar danos, ferimentos e sequelas físicas (Galtung, 1996:2). Trata-se de acções de hostilidade

⁵ **Boulding**, Kenneth (1962). *Conflict and Defense*. Harper and Brothers, New York.

⁶ **Burton**, John (1969). *Conflict and Communication*. MacMillan, London.

⁷ Conflito que opõe dois Estados. Note-se que actualmente, os conflitos mais comuns são de dimensão intra-estatal, ou seja ocorrem no âmbito interno de um Estado.

⁸ <https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

aberta, onde a vítima pode confrontar, nomear ou pelo menos apontar os agressores. Em situações de guerras e sistemas políticos opressores, a tortura, as execuções, os massacres, a limpeza étnica são formas claras de manifestação da violência física ou directa. Por seu turno, a violência estrutural é invisível e tem a ver com a forma de como a sociedade está organizada.

Normalmente, a violência cultural pode ser exercida contra pessoas através de imposição de discursos inflamatórios, estórias míticas e qualquer aspecto ou elementos particulares de uma cultura que encorajem, provoquem ou justifiquem o recurso da violência para sua implementação. A violência cultural manifesta-se por meio de imposições ideológicas e religiosas nos processos de formação da identidade com tendência a desumanizar, ameaçar e marginalizar o adversário. Na perspectiva de Minayo (1994:36), a violência cultural é aquela que se expressa por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados.

Uma das manifestações da violência estrutural é a violência institucional. Trata-se de um tipo de violência que é perpetrada por ou em nome de instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Uma das modalidades desse tipo de violência ocorre na forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos (Minayo, 1994:33). Enquanto sub-categoria da violência estrutural, a violência institucional relaciona-se especificamente com a violência praticada pelas instituições sociais, tais como as Forças Policiais, as Forças Armadas e outras instituições do Estado, mas que em princípio é aceite e tolerado pelas comunidades.

O género é um conceito que emergiu nos anos 1970 como uma classificação construída pela sociedade internacional que postula diferentes significados sociais e culturais associados à categoria de homem e mulher ou ainda com um conjunto de expectativas e comportamentos, socialmente, aprendidos e aceites associados a cada um dos sexos. Teóricos como Peterson e Runyan (1993:5), Sarfati (2006:296), Sojoberg e Tickner (2013: 71-172) Tickner (2014: 260) e Jatobá (2013:113) conceitualizam o género como sendo uma categoria aprendida de forma social, tendo em conta o conjunto de expectativas que são usadas para distinguir a masculinidade da feminilidade. Trata-se de uma categoria analítica, mais socialmente construída do que empírica, considerando o conjunto de práticas e discursos que são dominantes numa determinada sociedade e que colocam a categoria feminina como algo oprimido. Essas perspectivas contribuem para a criação de uma hierarquia de géneros assente num sistema de poder que privilegia o homem em detrimento da mulher.

A literatura que mapeia a relação entre género e violência aponta que “a mulher tem sido a maior vítima de violência física e estrutural – sexual, psicológica, entre outras” Gaspar (2004). A violência baseada no género é dirigida aos indivíduos com base em seu sexo, identidade de género ou expressão de normas socialmente definidas de masculinidade e feminilidade, onde tanto os homens quanto as mulheres podem ser alvos desse tipo de violência.

Como se pode perceber, quando se fala em violência de género não significa necessariamente falar de violência contra a mulher pois trata-se de uma violência dirigida contra a outra pessoa com enfoque específico nas suas fragilidades ou tendências de género. Apesar de ser clara a distinção entre “violência baseada no género” e “violência contra as mulheres” estes conceitos são frequentemente usados como se fossem sinónimos. Esta tendência resulta da percepção generalizada de que a violência é provocada sobre o género mais frágil ou fraco e que reflecte a disposição do poder onde os homens sobrepõem-se sobre as mulheres. Parte-se do pressuposto que a violência contra a mulher abrange um vasto leque de violências derivadas da posição que a mulher ocupa na sociedade: são as mulheres que mais sofrem da violência física, psicológica, social, económica, política, cultural, institucional e estrutural pois, a hierarquia de poder baseada no género torna-a mais vulnerável.

De acordo com as Nações Unidas, violência de género é definida como “qualquer acto baseado no género que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, actos de coerção ou privação arbitrária de liberdade seja na vida pública ou privada, dirigida a mulher justamente por serem mulheres” (Isabel Dias e Dália Costa, 2017).

O termo “violência baseada no género” é usado pelos instrumentos internacionais de protecção de direitos humanos como sinónimo do termo “violência contra as mulheres” pois (i) abrange toda a violência dirigida à mulher por ela ser mulher ou que (ii) afecta desproporcionalmente as mulheres resultando em danos ou sofrimento físico, sexual, psicológico ou económicos entre eles o tráfico de seres humanos, os casamentos forçados a mutilação genital feminina ente outros.”⁹

1.3 Reconciliação Nacional, Coexistência Pacífica e Justiça Transicional

O termo reconciliação envolve principalmente o combate à impunidade e considera as demandas e as queixas das vítimas em períodos pós-conflitos. Nenhuma forma única de esforço de reconciliação é perfeita ou satisfatória para todas as circunstâncias e partes envolvidas. Embora assuma diferentes formas e papéis em diferentes contextos, a reconciliação é geralmente entendida como o restabelecimento de relações amistosas que, em caso de conflitos armados, incorpora a busca por verdade, justiça, perdão e acomodação entre grupos ou pessoas em conflito implicando por isso uma mudança fundamental nas relações pessoais e de poder. De Gruchy (2002) considera ainda que a reconciliação, não pode ser interpretada como o retroceder para uma situação pré-conflito ou como impedimento para o processo de paz devendo por isso se enquadrar na estrutura de transformação de conflitos.

Patrícia Ferreira (2005) sustenta que no debate teórico sobre reconciliação, convivência pós-conflito e justiça transicional existe uma tensão que se manifesta na escolha da reconciliação ou da justiça. Para muitos, estas duas categorias se excluem mutuamente pois, acredita-se que não se poder pedir que as partes se reconciliem ao mesmo tempo que se pede que se faça justiça. Por um lado, enquanto se advoga a importância da reconciliação entre antigos beligerantes com a concessão de amnistias ou perdões sem punição dos responsáveis pelos crimes ou atrocidades cometidas, por outro se exige a punição judicial dos culpados sem a qual afirmam não ser possível garantir uma paz duradoura, criando um dilema bastante comum na resolução de conflitos. Mais grave do que este dilema é a opinião segundo a qual a base da reconciliação é o perdão refutada pela autora (Brounéus 2003) que afirma que perdoar não é o mesmo que reconciliar, sustentando portanto que o processo de reconciliação pode envolver o perdão mas não depende dele.

Diferentes tipos de reconciliação podem abordar e cumprir determinados aspectos de um processo de construção da paz, entre elas a abordagens de carácter nacional que envolvam mecanismos que tentem criar reconciliação trazendo atrocidades à consciência pública por meio de declarações de verdade, confissão, pedido de desculpas, retribuição e estado de direito, e fazendo recomendações relativas à prevenção de novos abusos (abordagem *top-down*) e aquelas de carácter mais interpessoal que se concentram no trauma passado de indivíduos e comunidades para não transmitir a raiva entre gerações e causar recorrências violentas, através de formas tradicionais de aconselhamento e outros processos de cura, que permitem esquecer ou minimizar o impacto do conflito na vida das comunidades (abordagem *botton-up*) cujos objectivos embora diferentes são complementares.

Dan Sinh Nguyen Vo (2008), considera que a reconciliação pode representar uma forma pragmática de lidar com mudanças profundas que envolvem injustiças passadas, a fim de alcançar outros propósitos desejados, como construir a paz, fomentar a democracia, promover os direitos humanos, a justiça, entre outros. Kriesberg (1998), identifica quatro dimensões da reconciliação como essenciais para transformação de conflitos e construção da paz em sociedades do pós-conflito: (i) verdade, (ii) justiça, (iii) consideração e (iv) segurança.

⁹ De acordo com a Declaração das Nações Unidas Sobre Eliminação da Violência Contra a Mulher. Nações Unidas, [a] violência contra a mulher envolve todo o acto de violência baseado na pertença ao sexo feminino que tenha ou possa ter como resultado um dano físico ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como as ameaças de tais actos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tando produzido na vida pública como na privada. A violência contra a mulher abarca situação de violência física, sexual e psicológica que se produz na família e na comunidade, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das meninas e raparigas, a violência relacionada com o dote, a violação pelo marido, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas à mulher; a violência perpetrada por outros membros da família; a violência relacionada com a exploração; o assédio e a intimidação sexual no trabalho, nas instituições de educação e noutros lugares; o tráfico de mulheres; a prostituição forçada; e a violência perpetrada ou tolerada pelo Estado., Doc ONU A/RES/48/104, 20 Dezembro 1993, <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>

¹⁰ <http://www.eip.org/en/news-events/five-things-read-about-transitional-justice>

¹¹ KORA, Andrieu (2010): Transitional Justice: A New Discipline in Human Rights disponível em <http://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/fr/document/transitional-justice-new-discipline-human-rights-0>

¹² <https://www.ictj.org/about/transitional-justice>

- A verdade implica dizer a verdade, reconhecer e aceitar a responsabilidade das suas acções durante o conflito.
- A justiça implica a reparação dos erros cometidos sejam por meio de compensações, indemnização restituição ou mesmo pela punição daqueles que cometeram injustiças.
- A consideração mútua entre ex-adversários é um instrumento essencial para a reconciliação pois, a partir dela, membros de partes que se tinham antagonizado passam a olhar-se com respeito e a reconhecerem-se como humanos e que por isso possuem direitos iguais.
- E a segurança preconiza a ausência de vontade de retaliação da vítima sobre seu ex agressor.

Embora estas quatro considerações sejam essenciais nos processos de construção da paz, é muito difícil alcançarem-se estas quatro dimensões de reconciliação pois existem sempre aqueles que resistem ao alcance de uma ou de outra dimensão aqui apresentadas.

Nos períodos pós-conflito, todas as sociedades se deparam com escolhas morais, legais e políticas extremamente complexas e, a justiça transicional é um campo que examina as consequências da guerra e das atrocidades em massa tendo como princípio orientador o interesse das vítimas e dos sobreviventes.¹⁰

As questões de como melhor lidar com o passado de violência das sociedades que viveram situações de violência massiva não são novas e, embora durante muito se tenha apostado na amnésia colectiva para a construção da paz, actualmente, as memórias colectivas da violência a que foram sujeitas as vítimas de conflitos são consideradas uma ferramenta útil para a resolução de conflitos fundada na crescente convicção de que os legados do passado não resolvidos alimentam outros conflitos.¹¹

A Justiça Transicional refere-se às diferentes formas e processos que os países adoptam imediatamente depois de períodos de conflitos e repressão cujo objectivo é abordar violações graves e sistemáticas dos direitos humanos ocorridas em larga escala e que não podem ser tratadas a nível do sistema normal de justiça estando portanto enraizada na prestação de contas relativas à violações de direitos humanos e a adopção de medidas de reparação para as vítimas.¹²

Os principais objectivos dos processos de justiça transicional embora dependam sempre do contexto em que são implementados são: (i) o reconhecimento da dignidade das pessoas; (ii) a reparação e o reconhecimento das violações para que estas não voltem a ocorrer criando mecanismos para a restauração das instituições que possam ser objecto de confiança dos cidadãos.

De forma complementar a Justiça Transicional permite: (i) viabilizar o acesso à justiça aos mais vulneráveis que tenham sido vítimas de violações; (ii) garantir a participação efectiva das mulheres e de outros grupos marginalizados na busca de uma paz efectiva promovendo deste modo a causa da reconciliação seguindo um roteiro que inclui responsabilização criminal pelos crimes graves cometidos em decorrência dos conflitos; (iii) a busca pela verdade; (iv) a reparação pelos danos e reformas institucionais significativas.

Capítulo II:

**Conflito Armado
Pós-Independência
em Moçambique**

Conflito Armado Pós-Independência em Moçambique

O presente capítulo apresenta os elementos estruturados do conflito armado que o Estado Moçambicano experimentou depois da proclamação da sua independência. O capítulo apresenta o breve historial do conflito armado que terminou em 1992, as partes envolvidas e as suas causas. Basicamente, a historiografia dos conflitos armados, no Moçambique Pós-Independência é marcada pela Guerra dos Dezasseis Anos que teve lugar entre 1976-1992 e que culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz e Roma; e a Tensão Político-Militar que teve lugar entre 2012-2014 e que culminou com a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares, em Maputo.

2.1 Breve Historial

Entre 1976 e 1992, Moçambique experimentou um conflito armado que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz – AGP. A guerra foi travada¹³ entre o Governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique – apoiada pelos Estados do bloco socialista e por países africanos como a Tanzânia, Zimbábue contra as forças insurgentes da RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana, apoiadas pela Rodésia do Sul do Governo Ilegal de Ian Smith, África do Sul, Malawi¹⁴, e Quênia. Este conflito armado ganhou notoriedade na arena internacional devido aos níveis de violência que registou e pelo grau de destruição que causou. Este conflito armado causou a morte de cerca de 1 milhão de pessoas (Seibert, 2003:254) e (Bergh, 2009: 12), agudizou a fome, malnutrição e doenças, destruiu infraestruturas importantes (pontes, estradas, escolas e hospitais, tornando Moçambique num dos Estados mais pobres do mundo, durante a década de 1980 e início da de 1990.

O conflito armado em Moçambique pode ser dividido em três fases relevantes. A primeira fase decorreu de 1976 até 1980 e foi marcado pelo surgimento da RENAMO, nos meandros dos Serviços de Inteligência da Rodésia do Sul de Ian Smith, com objectivo primário de desestabilizar a economia do recém-formado Estado moçambicano, impedir a consolidação do modelo de desenvolvimento socialista, atacar as bases da ZANU – *Zimbabwe African National Union* – estabelecidas em Moçambique e forçar a FRELIMO a interromper o apoio que dava à ZANU e à ZIPRA – *Zimbabwe People's Revolutionary Army*. Durante este período, a RENAMO agiu em função da planificação militar feita pela Rodésia do Sul e agiu preferencialmente na zona centro de Moçambique, cobrindo províncias como Manica, Sofala e Tete (Lulat, 2008).

Com a independência do Zimbábue em 1980 e a conseqüente queda do sistema de segurança criado pelo regime de Ian Smith, a RENAMO perde o apoio directo até então recebido da Rodésia do Sul. De modo a manter o grupo operativo, a extinta força de defesa e segurança da Rodésia do Sul e seus extintos serviços secretos negociam secretamente com a África do Sul para assumir o controlo do movimento. Ciente da utilidade estratégica do grupo, a África do Sul aceita acolher a RENAMO e inicia um programa de instrução e treinamento que iriam transformar a RENAMO de um movimento inexpressivo para uma verdadeira máquina de guerra. Esta mudança marca a segunda fase do conflito armado caracterizada por uma maior capacidade militar do movimento (seja em termos de equipamentos ou em termos numéricos) (Alao, 1994). Nesta fase, a violência generalizou-se e os níveis de atrocidades foram significativos. Durante esta fase, a brutalidade das acções da RENAMO estendeu-se por todo o país apesar de as províncias de Niassa e Cabo-Delgado manterem níveis mínimos de violência. O recrutamento forçado de pessoas para engrossarem as fileiras do regime tornou-se comum (Vines, 1991). Apesar de a RENAMO ser considerada como a principal promotora da violência contra a população civil, esta fase testemunha também um aumento de violência cometida pelas forças de defesa e segurança contra a população civil.

Após a assinatura do Acordo de Nkomati entre o governo moçambicano e a África do Sul, que visava essencialmente acabar com o apoio que Moçambique dava ao ANC e ao *Imkonto we Sizwe*¹⁵ em troca do fim do apoio que a África do Sul dava a RENAMO, o conflito armado entrou para a terceira fase. Diferente das fases anteriores onde a RENAMO agiu essencialmente sob comando dos seus patrocinadores, a RENAMO é convencida a internalizar o conflito. Sem deixar de dar o

¹³ O conflito armado moçambicano teve como partes principais o Governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO, e a RENAMO. Entre as partes secundárias, o destaque vai para o Estados da Linha da Frente e os Estados Socialistas que apoiavam o Governo de Moçambique através do apoio logístico, económico, político, diplomático e militar. Por seu turno, o regime minoritário de Ian Smith da Rodésia do Sul, o Apartheid da África do Sul e o Malawi prestavam apoio logístico, militar e diplomático à RENAMO. Por último, entre as terceiras partes, o destaque vai para a Igreja Católica – Comunidade Santo Egídio e a Santa Sé – o Conselho Cristão de Moçambique. O Estado Italiano e os EUA ofereceram os seus bons ofícios para mediar, facilitar, resolver e transformar o conflito que tinha um carácter violento para uma situação de convivência pacífica.

¹⁴ Depois de 1987, o Malawi passou a apoiar as forças governamentais.

¹⁵ Durante a Luta Contra o Regime do Apartheid, Moçambique prestou apoio e acolheu unidades do ANC que levavam a cabo a luta e foi a Cidade da Matola foi alvo de bombardeamentos das forças sul-africanas. O Presidente Sul-Africano Jacobson Zuma e outros membros influentes do ANC viveram exilados, em Maputo.

apoio necessário a RENAMO, a África do Sul decide enviar todos os homens da RENAMO e toda sua base logística para o Malawi (Lulat, 2008). A partir deste período a RENAMO passa a actuar com maior vigor nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, sem deixar de empreender acções nas restantes províncias do país (Robinson, 2009). Com a nova postura sul-africana, a RENAMO ganha maior independência na definição de suas acções estratégicas, operacionais e táticas e passa a reivindicar suas acções para ganhar maior controlo territorial. Acredita-se por exemplo que até 1992 a RENAMO tinha sob seu “controlo” cerca de 80% do território nacional (Cabá, 1997). Tal como na segunda fase, a violência era indiscriminada e requintada de muita crueldade.

Com o fim do conflito armado em 1992, os moçambicanos acreditaram que o retorno a guerra seria impensável devido à experiência de vários anos de violência e a inexistência de patrocinadores que pudessem reactivar a RENAMO. A adopção do sistema multipartidário, que permitia a canalização das reivindicações populares para os partidos da oposição e a implementação de um sistema democrático, que permitia a corrida eleitoral entre os vários partidos, criava as bases propícias para a consolidação da paz no país. Duas décadas depois da assinatura do Acordo Geral de Roma, o conflito armado ressurgiu entre 2012 e 2016. O ressurgimento do conflito teve uma dinâmica totalmente diferente da de 1976-1992 devido aos seguintes factores: (i) não existiam patrocinadores conhecidos interessados na continuação da guerra; (ii) não se assistiram os níveis de violência que marcaram o conflito de 16 anos; (iii) o conflito não se estendeu para além de zonas localizadas na zona centro do país, onde a RENAMO tinha influência histórica e as suas bases militares estratégicas (iv); para além disso, a RENAMO já não apresentava a mesma capacidade militar em homens e armas que apresentou nos 16 anos de guerra sendo de destacar a cautela demonstrada pela RENAMO em relação a população civil neste último conflito tendo usado a violência de forma selectiva visando forçar o governo da FRELIMO a fazer cedências políticas e económicas.

As partes principais tinham uma relação de poder assimétrico na medida em que o Governo controlava todos os recursos do Estado e possuía países amigos que apoiavam como o era o caso da URSS em detrimento da RENAMO cuja base estava essencialmente assente nas populações descontentes.

2.2 Causas do Conflito Armado em Moçambique

De forma sistemática, pode-se referir que as causas do conflito armado em Moçambique estão relacionadas, (i) com as disputas geopolíticas da Guerra Fria, tendo em conta as acções dos regimes minoritários e racistas que operaram na África Austral entre das décadas de 1960 e 1990; (ii) com as políticas monopartidárias e repressivas adoptadas no período revolucionário pós-independência; (iii) políticas de nacionalizações e o centralismo económico como forma de organização da economia nacional; (iv) as políticas de controlo e repressão dos direitos políticos, sociais e religiosos; e por fim (v) o nível de insatisfação perante as políticas de aldeamento e reeducação, entre outros aspectos relacionados.

2.2.1 Causas Políticas

Uma das principais causas do conflito Moçambicano pós independência teve um carácter político de ordem externa e esteve intimamente ligado as pretensões das superpotências pelo controlo geopolítico e geoestratégico da região.

Diversas correntes e linhas de pesquisa levantaram diferentes argumentos e teorias para explicar as causas políticas que levaram ao conflito. De acordo com a RENAMO, as principais motivações para o início da guerra foram as políticas repressivas adoptadas pela FRELIMO

imediatamente depois da independência¹⁶ Seibert (2003:255). O facto é que muitos moçambicanos serviram às forças portuguesas que lutaram contra a FRELIMO e, na transição para o estado novo, não foram integrados no seio das Forças Populares de Libertação de Moçambique. Muitos desses soldados foram desmobilizados e entregues à sua sorte e outros foram integrados na administração estatal mas, aqueles que assumiram posições de liderança ou que tivessem cometido atrocidades contra as populações que apoiavam a FRELIMO ou contra a FRELIMO foram vítimas de perseguição e julgamentos sumários. Vários foram enviados para os campos de reeducação e outros foram condenados e presos. O mesmo tipo de tratamento foi dado a pessoas que manifestavam oposição a FRELIMO de forma aberta. De acordo com a Amnistia Internacional, muitos moçambicanos foram enviados aos campos de reeducação entre 1975-1978, onde eram alvos de tortura, espancamentos e outros tipos de punição. A tortura e outras formas de maus tratos também foram reportadas em várias cadeias em Maputo e outras cidades (Amnesty International, 1985:2-6).

Outros acreditam que a causa política da guerra foi a adopção de um regime monopartidário que sufocou todos os movimentos da oposição e impediu a democratização (Bolinhas, 2005). À época, a FRELIMO justificava suas acções argumentando que as mesmas eram necessárias para a manutenção do momento revolucionário em causa tendo em vista a desconfiança que o movimento tinha dos partidos políticos que surgiram entre 1972-1974. Durante aquele período, vários partidos foram criados, uns criados por ex-membros ou dissidentes da FRELIMO com a intenção, segundo alguns, de fazer frente a FRELIMO numa possível eleição, outros criados pelos ou estimulados pelo governo colonial português para impedir que a FRELIMO assumisse o controlo total do território e outros criados por nacionalistas interessados em contribuir para a democratização do país. Muitos destes partidos não participaram dos esforços da luta de libertação nacional e apareceram no cenário político nacional quando a vitória da FRELIMO era já certa e irreversível.

A FRELIMO olhava para aqueles partidos com extrema desconfiança. Para o acordo de Lusaka¹⁷, a FRELIMO exigiu ser reconhecida como o único e legítimo representante do povo moçambicano. Na sequência dessa decisão, ao assumir o poder, a FRELIMO determinou a ilegalidade dos outros partidos e suprimiu a oposição. A consequência imediata foi o alinhamento destes partidos excluídos à RENAMO com destaque para Orlando Cristina e Jorge Jardim que criaram um Grupo Especial para confrontar a guerrilha da FRELIMO no centro do país, depois a fuga de André Mantsangaissa do Centro de Reeducação de Sacaze que posteriormente veio a saber-se que chefiava o MNR (Movimento de Resistência de Moçambique actual RENAMO) que foi seguida da fuga para Rodésia do Sul de Afonso Dhlakama onde veio a dividir a cheia(?) do Movimento de Resistência com André Matsangaissa (Tomás V. Mário 2004)

Uma linha de pesquisa, pouco expressiva mas que é necessário considerar, acredita que a guerra dos 16 anos resultou das clivagens étnicas que iniciaram na época da luta de libertação nacional e que se fortaleceram no pós-independência quando a FRELIMO privilegiou grupos étnicos do Sul e do Norte de Moçambique enquanto mantinha uma política de exclusão de grupos da região Centro do país, mais precisamente das províncias de Sofala e Zambézia. Esta vertente de análise não ganhou solidez porque tanto a FRELIMO quanto o Governo estabelecido mantinha uma certa representatividade regional e étnica e, onde desequilíbrio resultava aparentemente de questões circunstanciais e conjunturais e não de acto deliberado ou propositado. Evidentemente, esta interpretação não é consensual. Apesar da causa étnica não ser muito referenciada na literatura sobre a guerra como uma causa basilar, Bolinhas (2005) defende a posição de que uma das causas da guerra foi a “coesão nacional frágil, típica nos estados multiétnicos e pluriculturais pós-coloniais.”

2.2.2 Causas Sociais

Segundo Riccardi (2008) “havia elementos ligados à insatisfação do Norte em relação ao Sul; o descontentamento dos religiosos devido às nacionalizações das suas infraestruturas – escolas, hospitais, capelas – e devido às campanhas anti-religiosas levadas a cabo pelo Governo no perí-

¹⁶ O conceito de políticas repressivas da Frelimo agrega uma série de políticas cuja função era conter e calar manifestações de oposição, a subversão e a dissidência contra o regime estabelecido. Esta posição pode ser encontrada em vários discursos de Afonso Dhlakama e vários quadros seniores da RENAMO. A título de exemplo, pode ser encontrado em: SAPO Notícias (8 de Junho de 2015): Dhlakama: Frelimo decorou “tudo o que o colonialismo fazia”, disponível em: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/dhlakama-frelimo-decorou-tudo-o-que-o-colonialismo-fazia-2>, acessado em 17 de janeiro de 2019 e SAPO Notícias (5 de Junho de 2015): Renamo nasceu de “traição da Frelimo à independência” -- Dhlakama, Disponível em: https://www.sapo.pt/noticias/renamo-nasceu-de-traicao-da-frelimo-a_55717ec45648c4f179be57de, Acessado em 17 de Janeiro de 2019. Para uma listagem mais abrangente daquilo que foram as políticas repressivas da Frelimo Walldorf, Charles William (2008): Just Politics: Human Rights and the Foreign Policy of Great Powers, Cornell University Press, Ithaca.

¹⁷ Acordo entre as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique que teve lugar entre os dias 05 e 7 de Setembro de 1974 e que foi o corolário da proclamação da independência após um período de transição de 1 ano.

odo pós independência ao se proclamar Estado Laico e a nacionalização dos bens da Igreja Católica”; alguns segmentos sociais reivindicavam pelo “facto do Estado ser a única entidade responsável por construir a visão do mundo e os valores da sociedade moçambicana” (Baloi, 1995); manifestada através da proibição da liberdade de imprensa e de associativismo e banimento da autoridade tradicional, entre outros aspectos.

2.2.3 Causas Económicas

Uma das vertentes de pesquisa existente defende que a guerra civil em Moçambique emergiu por causa das políticas de nacionalizações adoptadas pela FRELIMO pós independência. Nesta vertente de análise, considera-se que a tomada das propriedades dos Portugueses e a sua entrega aos Moçambicanos de raça negra, terão criado ressentimentos e revolta no seio de vários Portugueses que se viram obrigados a abandonar o país. Com efeito, parte dos Portugueses que abandonou Moçambique migrou para a Rodésia do Sul onde, em contacto com a CIA (Central Intelligence Agency), ajudou a criar um grupo rebelde *proxy* composto por ex-militares portugueses, portugueses radicais que se refugiaram na Rodésia e vários moçambicanos negros insatisfeitos ou desertores das Forças Populares de Libertação de Moçambique - FPLM¹⁸. A motivação destes grupos não era necessariamente a remoção do governo de maioria negra mas sim a restituição das injustiças cometidas sobre os brancos quando o governo decidiu nacionalizar suas propriedades. Aliás, um dos principais discursos da RENAMO durante os 16 anos de guerra foi a necessidade de restituir as propriedades a seus “legítimos” proprietários.

Outra linha de análise acredita que a guerra foi também motivada pela introdução do socialismo em Moçambique, mais precisamente pela política de colectivação da terra e criação das machambas populares que terão criado um sentimento de insatisfação no seio das comunidades agrícolas moçambicanas que esperavam que a independência permitiria o retorno da sua terra confiscada pelos colonos ou a distribuição de terra por aqueles que não possuíam terra. (Bowen, 2000); (Geffray, 1990); (Dinerman, 2006).

O apoio prestado pela FRELIMO à ZANU do Zimbábue e ao ANC da África do Sul que lutavam respectivamente contra o regime racista do Ian Smith e o Apartheid criaram um sério boicote à economia do país que se ressentiu e viveu umas das suas piores crises criando condições para o desgaste dos alicerces sociais da FRELIMO que foram usadas pela RENAMO para formar a sua própria base de apoio no seio da população. Essa contestação manifestou-se pelo apoio aberto ou encoberto que se dava à RENAMO pelo Rodésia do Sul (actual Zimbábue) e posteriormente pelo regime sul-africano do Apartheid. O descontentamento produzido pelas políticas económicas da FRELIMO alimentou a RENAMO (Funada-Classen, 2012). Pessoas com vastas terras e consideradas ricas viram-se forçadas a abandonar suas terras e tornaram-se pobres nas aldeias comunais provocando alterações significativas do seu *status* social.

¹⁸ Forças Populares de Libertação de Moçambique - FPLM, braço armado da FRELIMO e primeiro exército de Moçambique que se transformou em Forças Armadas de Defesa de Moçambique depois da assinatura do acordo geral de paz que integrou os homens da RENAMO

Capítulo III:

Situação das Mulheres nos Conflitos Armados

Situação das Mulheres nos Conflitos Armados

3.1 Visão Geral Sobre a Violência Contra Mulheres e Raparigas durante os Conflitos Armados

Uma característica essencial dos conflitos armados que ocorrem nas últimas décadas é o facto de ocorrerem dentro das fronteiras nacionais do estado. Os conflitos armados internos, quer oponham o governo e um grupo armado ou vários grupos armados, são cada vez mais caracterizados por táticas assimétricas e estratégias de guerrilha que resultam na penetração das forças rebeldes no seio da população para se camuflar ou para violentá-la. A guerra ocorre em campos de batalha habitados por civis e os civis são a principal moeda de disputa. Todos os beligerantes querem garantir o apoio dos civis ao mesmo tempo que procuram impedir que os civis dêem apoio aos seus adversários. As guerras civis travam-se no meio dos civis, pelos civis e contra os civis.

Nos conflitos armados, ocorrem dois tipos de violência contra as mulheres e raparigas, geralmente em situações e contextos diferentes. Nalguns contextos, as vítimas da violência não são escolhidas em função do seu sexo ou idade. Todos são alvos de algum tipo de violência. Todavia, mulheres, crianças e idosos costumam ser os mais afectados pela guerra devido a sua incapacidade de se proteger, fugir ou defender-se da violência generalizada ou por serem geralmente usadas como armas de guerra em conflitos. Por seu lado, enquanto as crianças e velhos podem ser ignorados pelas forças beligerantes por causa da sua condição inofensiva, as mulheres costumam ser atacadas porque permitem a satisfação das necessidades sexuais dos homens que se digladiam. Pouco importa se a mulher é amiga ou inimiga, sempre que a oportunidade se apresenta, os beligerantes exploram a fraqueza feminina servindo-se do seu corpo de todas as formas possíveis¹⁹. Este tipo de violência passa muitas vezes despercebido e é assumido como um dano colateral o que contribui para que a violência contra as mulheres não seja reportada e muitas vezes seja ignorada.

Outra forma de violência é aquela que ocorre em circunstâncias em que a mulher é usada como arma de guerra sendo exposta a situações de abortos, esterilização para que ela não possa reproduzir e onde os seus filhos são mortos para que não engrossem as fileiras de determinado grupo rebelde ou militar a que pertencem.

As guerras, maioritariamente conduzidas por homens, têm na mulher um campo de batalha preferencial pois a quebra das instituições tradicionais ou do Estado, as fracturas sobre as normas sociais de convivência tradicionais, a interrupção do direito a vida e o desrespeito pela dignidade humana favorecem a afirmação do homem sobre as mulheres. A violência sexual é assim um sintoma de padrões estruturais da sociedade, como a desigualdade de género que contribuem para que toda violência baseada em género, incluindo violência sexual em conflito, não seja reportada.²⁰

3.2 As Violações de Direitos Humanos sofridas pelas Mulheres nos Conflitos Armados

A violência contra as mulheres durante os conflitos armados é influenciada pelo patriarcado como um sistema de dominação que ainda é mantido em muitos países e pelo desprezo contra as mulheres²¹. Para se ter uma ideia dos níveis de violência praticados contra mulheres em todo o mundo, o Tribunal Constitucional da Colômbia reconheceu que a violência sexual contra as mulheres no país foi “uma prática habitual, generalizada, sistemática e invisível no contexto do conflito armado colombiano”.

Na realidade são vários os países em conflito onde essa prática se torna habitual, generalizada e sistemática de tal forma que se pode assumir que a violência contra mulheres é parte da estratégia e da tática de guerra em todo o mundo. Muitas vezes, o ataque deliberado às mulheres cumpre funções que vão desde a vontade de desmoralizar os adversários, à vontade de impor medo e terror ou mesmo consubstanciam a vontade de extirpar um grupo étnico ou religioso inteiro através da eliminação da fonte de procriação desse grupo.

¹⁹ Sexual Violence as a Weapon: <https://www.unicef.org/so-wc96pk/sexviol.htm>

²⁰ Ending Sexual Violence in Conflict? First, Understanding It: <https://www.usip.org/publications/2014/06/ending-sexual-violence-conflict-first-understanding-it>

²¹ telesur: Mujeres colombianas: víctimas, combatientes y constructoras de paz, Disponível em: <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/Mujeres-en-el-conflicto-de-Colombia-20160722-0062.html>, visitado em 15 de Setembro de 2018.

Quando o conflito armado envolve questões étnicas ou religiosas, o ataque às mulheres visa denegrir ou mesmo destruir a continuidade dessa comunidade étnica ou religiosa. Interromper a capacidade reprodutiva de uma comunidade rival passa por destruir aquela que é responsável pelo nascimento e criação de uma nova geração (Lindsey, 2001:28-29). Esta prática de genocídio foi bem visível no Kosovo e no Ruanda onde a mulher era visada para exterminar ou extinguir um grupo étnico.

A Violência contra a Mulher em situações de conflito armado interno pode assumir uma ampla gama de formas de entre as quais cabe destacar as seguintes:

Actos de violência destinados a fortalecer as facções armadas

- 1 As mulheres são vítimas de pilhagem económica
- 2 As mulheres são coagidas a se juntar a grupos armados
- 3 As mulheres são forçadas a fornecer alimentos aos grupos armados

Actos de Violência destinados a criar medo e obediência às Facções Armadas

- 4 As mulheres são vítimas de violência psicológica
- 5 As mulheres são vítimas de ameaças
- 6 As mulheres são vítimas de tortura,
- 7 As mulheres são encarceradas ou privadas de liberdade como medidas punitivas
- 8 As mulheres são alvo de tratamento degradante e violência física,

Actos de Violência usados como arma de guerra

- 9 As mulheres são vítimas de Violação sexual,
- 10 As mulheres são vítimas de Escravidão sexual,
- 11 As mulheres são vítimas de prostituição forçada,
- 12 As mulheres são vítimas de gravidez forçada
- 13 As mulheres são vítimas de esterilização forçada,
- 14 As mulheres são vítimas de abuso sexual
- 15 As mulheres são forçadas a prover serviços sexuais como moeda de troca para salvaguardar a segurança das suas comunidades
- 16 As mulheres são vítimas de tráfico

3.3 O Tratamento da Mulher na Sociedade Moçambicana

Para se ter uma noção sobre o modo como a mulher é tratada durante os conflitos armados torna-se indispensável, senão obrigatório, perceber como a mulher moçambicana é tratada no período de paz. É importante perceber as relações sociais em Moçambique e compreender a cultura moçambicana. De um modo geral, a sociedade moçambicana não reserva os mesmos direitos para homens e mulheres. Na região Sul, a influência católica mantém a mulher submissa ao marido, enquanto no Norte do país é a influência islâmica que a mantém nesta mesma posição de submissão. A mulher é também tratada de forma diferenciada nas sociedades matrilineares do norte e patrilineares do sul. A ideia de que as sociedades matrilineares são menos exclusivas do que as sociedades patrilineares não é verdadeira. As mulheres no norte sofrem as mesmas formas de violência física, psicológica, moral, económica que as mulheres do sul.

Do ponto de vista formal, o Estado protege as mulheres e estimula sua emancipação e igualdade de direitos e deveres mas a sociedade ainda se rege por hábitos e costumes tradicionais. O provedor do bem-estar familiar é o homem. Cabe ao homem, em primeiro lugar, prover alimento, abrigo, vestuário e protecção física à mulher. Aliás, o homem é que casa a mulher. É ele que a conquista e promete cuidá-la perante sua família, perante a sociedade e mesmo perante ela própria. Às mulheres ficam reservadas as tarefas domésticas que incluem ficar em casa, cuidar dos filhos, cozinhar, lavar, passar e limpar a casa. Aquele que traz o alimento é que manda. O facto é que o homem que

provém meios de subsistência para a família espera obediência absoluta e gratidão permanente. Essa obediência e gratidão devem ser manifestadas pela submissão incondicional e a satisfação permanente das suas vontades.

Mesmo as mulheres que praticam a agricultura e que produzem muito não possuem poder de decisão na família porque as terras onde elas produzem pertencem a seus maridos e elas são usadas como mão-de-obra nas machambas.

Há um alarmante índice de violência doméstica em Moçambique que tem suas raízes no entendimento social do papel de submissão e sujeição da mulher explicitado acima. Os abusos físicos e psicológicos contra a mulher podem ser ainda exacerbados por outros factores como os baixos níveis de escolaridade, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e a frustração decorrente de falta de actividades remuneratórias.

Em alguns distritos do interior a violência cometida contra a mulher pelo seu parceiro demonstram requintes de crueldade extrema que podem chegar a culminar em fogo posto, homicídio, ofensas corporais, envenenamento e mesmo feitiçaria.

Alguns hábitos culturais que evidenciam o papel subalterno da mulher verificam-se com a morte do seu marido. Muitas mulheres perdem seus bens para os familiares do marido e mesmo seus herdeiros não recebem nada. Outra é a cultura do *Ku-Tchinga*, onde um dos irmãos do marido toma para si a mulher do irmão falecido como esposa. As teorias que defendem a igualdade de direitos às mulheres são novas e a maioria da população não as conhece. Só agora é que esforços estão sendo tomados para proteger o direito das mulheres.

3.3.1 As Formas De Violência Sofrida Pelas Mulheres e Raparigas Moçambicanas Durante os Períodos de Conflito

O nível de violência e horror a que estiveram expostas as mulheres em Moçambique tiveram marcas de horror particulares em determinadas províncias como Gaza ou Sofala justamente porque tratava-se das províncias consideradas o berço dos principais líderes do Governo da FRELIMO com quem a RENAMO lutava tendo por isso tido características bastante específicas desde a morte de todos os filhos homens e os maridos das vítimas na Província de Gaza, e tortura das populações para obtenção de informações na Província de Sofala. Outra característica da violência contra as mulheres foi o assassinato de menores e nados que eram de forma terrível retirados dos ventres das mulheres em frente das populações e atirados em valas comuns para dar exemplo a outras mulheres que não tinham autorização ou liberdade de multiplicar a raça dos maxanganas²² para engrossar as fileiras das forças governamentais.

²² Nome pelo qual são conhecidas e tratadas as populações da província de Gaza

Condição das Víctimas

“Meu marido era militar e nós tínhamos seis filhos. Eles assassinaram meus filhos. Eu vi todos a serem mortos, um por um. Depois obrigaram-nos a fazer sexo, mas não conseguimos. Irritados, pegaram ele amararam lhe na cadeira e dois deles violaram me a rir e zombar do meu marido, terminaram o que estavam a fazer, incendiaram a casa e me levaram com eles. Naquele dia eu queria morrer, mas vivi para ver morrer aqueles que mataram meus filhos. Fui violada por um bando de soldados até minha vagina inchar e sangrar e não conseguir andar, fui encontrada dois dias depois por civis que passavam por ali. Eles violavam e depois enfiavam faca, pedrinhas, ferro, qualquer coisa que estivesse próxima.”

“Os nossos maridos foram raptados e as nossas crianças transformadas em militares, durante o período da guerra. Na verdade, nós ainda não conseguimos resolver os problemas que a guerra nos criou. Tenho um cartão de combatente dado pelo Ministério dos Combatentes, mas que não é reconhecido pelas pessoas e pelas autoridades. Quando mostro o meu cartão é como se estivesse a pedir esmola. O nosso cartão somente serve para termos descontos na hora em que vamos comprar o bilhete de comboio para viajar para Beira. Para além disso, a outra coisa boa desse cartão é que no hospital também serve, quando estamos doentes e vamos lá para nos tratar.”

Fonte: Depoimento de Vítimas das Províncias de Sofala e Zambézia, Setembro de 2018.

Os participantes dos círculos de conversa em Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza apontaram que a violência armada não teve um alvo específico, porque ricos e pobres, instruídos ou não-instruídos, homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos foram alvos. Os homens jovens tinham maior capacidade de fugir e de lutar, em situações perigosas, ao passo que as mulheres, as crianças e os velhos eram mais vulneráveis. Os adolescentes e as crianças do sexo masculino mais aptas e desenvolvidas eram levados para integrar os grupos armados. As mulheres eram molestadas, ameaçadas e obrigadas a fornecer mantimentos aos guerrilheiros sendo muitas vezes e forçadas a uma situação de servidão e obediência e obrigadas a seguir a marcha ou, ainda, em outras situações eram violentadas e mortas no local.

Alguns relatos colhidos pela nossa pesquisa indicaram que na hipótese de um casal ser encontrado, os homens eram violentados a frente das esposas ou as mulheres em frente dos homens. As mulheres solteiras ou meninas eram mais preferidas e mais desejadas para serem capturadas.

Violência Cometida Contra Mulheres

“Fui encontrada a voltar da machamba. Eram seis homens altos e fortes, quando os vi já estavam perto, tentei fugir, mas me pegaram logo, me rodearam e cinco me pegaram enquanto um me abusava. O jovem tinha um pénis grande, quando terminou os outros também me usaram e depois me deixaram ali desmaiada.

Fui violada por seis homens de uma vez, quando acordei nem conseguia andar. Meu marido era secretário do bairro, mas alguém foi queixar que ele tinha contacto com os homens da FRELIMO, outro dia chegaram a casa, fui me esconder debaixo da cama, ele foi capturado e amarrado na cadeira e começaram a interrogá-lo. Começaram a vasculhar a casa a procura de papéis, e me encontraram ali escondida, naquele dia desejei morrer. Me pegaram me torturaram, nos obrigaram a fazer sexo diante deles e depois me violaram ali. Torturaram e mataram meu marido na minha frente. Aquilo era uma forma de massacrar as mulheres. Usavam-nos a força, e eram violentos principalmente quando voltavam de um combate que haviam perdido, ficavam nervosos e violavam tanto homens como mulheres, quem não aceitasse, era assassinado.”

Fonte: Depoimentos de Vítimas nos Círculos de Conversas na Província da Zambézia, Setembro de 2018.

O principal tipo de violência cometida contra as mulheres estava relacionado com situações de assédio sexual promovido pelas forças governamentais ou pelos guerrilheiros da RENAMO contra mulheres que viviam perto das unidades militares como quartéis, bases ou acampamentos espalhados ao

longo do país; e a violação sexual, que acontecia tanto no campo de batalha como nos centros populacionais tais como aldeias, povoações, vilas ou cidades. Alguns entrevistados disseram que nem todo o acto de violação foi cometido por militares pois o ambiente de insegurança permitia que malfeitores e criminosos cometessem actos de violação sempre que a oportunidade se apresentasse.

Violência Cometida Contra Mulheres

“Fui sequestrada com a família e parte da comunidade em Alto Benfica. Caminhamos por longas distâncias, as crianças que estavam no grupo ficaram cansadas e caíram e foram assassinadas ali mesmo, perdi dois sobrinhos nessa caminhada. Uma das senhoras que participava da caminhada, recebeu ordens para assassinar seu filho por que chorava, e outra deu parto na estrada. Era normal assassinar crianças e colocar no feijão a dizer que era para ficar feijoadada e obrigar a todos a comer, chegavam mandavam as mães para pilarem ou assassinar seus filhos, outros chegavam encontravam mulheres grávidas e lhes abriam as barrigas e tiravam os fetos, e levavam o cordão umbilical, tiravam as tripas das pessoas e usavam para fazer cerco de um espaço, também as vezes castravam os pénis dos homens e lhes colocavam na boca como cigarro. Eram realmente violentos, então nós que sobrevivemos, só agradecemos a Deus e tentamos seguir com as nossas vidas.”

Fonte: Depoimentos de Víctimas nos Círculos de Conversas na Província da Zambézia, Setembro de 2018.

Se uma aldeia ou povoação fosse alvo de um ataque da RENAMO ou de uma operação de retaliação das forças governamentais, era comum acontecerem actos de violação contra as mulheres ali presentes. O estupro em grupo foi uma das formas de violência mais comuns cometidas durante a guerra. Os actos de violação sexual ou estupro podiam ocorrer durante um ataque ou mesmo durante o período de cativeiro nas bases militares. Quando as forças governamentais se envolviam nesses actos, os mesmos ocorriam maioritariamente durante as operações militares e raramente nos espaços de acampamento militar pois o controlo ali era mais rígido afirmaram algumas mulheres nos círculos de conversa da Zambézia e Nampula.

Quando questionadas sobre a existência ou não de situações de escravidão sexual, nossas interlocutoras nas províncias de Gaza e Zambézia foram unânimes em afirmar que nas bases da RENAMO as mulheres raptadas eram tratadas como escravas sexuais dos comandantes ou até mesmo de guerrilheiros comuns. Reportaram que muitas mulheres estavam ali para servir, única e exclusivamente, de escravas sexuais e que eram usadas para os guerrilheiros “se aliviarem”, nas suas palavras. Muitas dessas senhoras e meninas eram usadas por um ou mais guerrilheiros e só quando um guerrilheiro forte e poderoso decidisse fazer dessas mulheres e meninas de esposa é que elas deixavam de ser usadas por todos. Como não havia métodos anti conceptivos, muitas dessas meninas tiveram gravidezes precoces e tiveram muitos filhos. Quando a guerra acabou era possível ver muitas retornadas ou regressadas carregando mais de seis filhos.

Outro tipo de violência cometido contra as mulheres não envolvia a penetração do pénis sobre a vagina, mas visavam a vagina da mulher. O mais comum dos actos era o estupro envolvendo a introdução de objectos na vagina da vítima. Esta situação podia ocorrer depois da satisfação sexual dos violadores ou quando a vítima relutava e debatia-se para evitar a violação sexual. Muitas mulheres viram seus bebês, seus filhos ou seus maridos a serem violentados ou mortos em sua frente. Elas eram obrigadas a testemunhar atrocidades cometidas contra seus ente-queridos e em diversas ocasiões eram forçadas a cometer essas atrocidades contra eles.

²³ <https://www.pubfacts.com/detail/12504485/Gender-based-violence-in-refugee-settings>

²⁴ <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0361-3666.2004.00260.x>

²⁵ <http://www.endvawnow.org/uploads/modules/pdf/1405612658.pdf>

²⁶ Curriculum Guide for Managing Gender-based Violence Programmes in Humanitarian Settings, 2011

3.3.2 Percepção Social da Motivação da Violência Contra a Mulher no Conflito Armado em Moçambique

Na literatura sobre a violência contra a mulher em conflitos (Jeanne Ward & Beth Vann 2002²³, Michelle Hynnes et al 2004²⁴, e UN Women 2013²⁵) pode-se encontrar uma vasta lista de motivações para a escolha das mulheres como alvo de violência. Alguns autores defendem que a violação é usada como estratégia para impor terror e intimidar a população de uma certa região de modo a deixar de colaborar com as autoridades governamentais ou com as forças armadas. Outros defendem que a violação sexual, principalmente aquela cometida em grupo, é um meio de criação de coesão entre combatentes no sentido em que todos partilham do mesmo troféu.

Na mesma perspectiva, as mulheres são usadas como prémio ou espólio de guerra principalmente depois de uma batalha vitoriosa, uma vez que, em cada fase do conflito ou situação de guerra elas estão, segundo um relatório das Nações Unidas para a População (2011),²⁶ sujeitas à diferentes tipos de violência. A violação visa criar uma atmosfera de submissão da população, como forma de demonstrar poder e controlo, além de ser um meio para a contaminação forçada de doenças sobre um povo.

A violência cometida contra as mulheres durante o conflito armado, em Moçambique, tem suas raízes em parte na concepção que muitos guerrilheiros tinham sobre o papel tradicional do homem e da mulher. Muitas acreditavam que a principal função da mulher era servir o homem, independentemente deste ser marido ou não. Na verdade, a formação tradicional advoga que a mulher nunca pode recusar servir o homem, principalmente se este for o marido. Portanto, a mulher deve servir o homem na cama sempre que ele precisar. Por outro lado, a violência doméstica contra a mulher não era seriamente condenada pelas práticas tradicionais, havendo certa complacência em relação a maridos que cometessem actos de violência contra mulher consideradas “mal comportadas”, “desrespeitosas” e “adúlteras”.

As mulheres violentadas são normalmente tidas como “responsáveis” ou “culpadas” pela violência sofrida. Na percepção de muitos homens, se uma mulher é fisicamente violentada, isso se dá em resposta à alguma coisa ela fez, pelo que, merecia. Outros ainda pensam que a mulher precisa ser agredida fisicamente para se manter na linha; ou mesmo que a mulher gosta de sofrer violência. Apanhar.

De acordo com a maioria dos homens entrevistados para este estudo, a violência contra as mulheres durante o conflito armado dos dezasseis anos se explica por uma simples razão: é que muitos soldados da Renamo permaneciam no mato por muito tempo sem se envolverem com mulheres e na primeira ocasião que encontravam mulheres tinham a necessidade de se aliviar. Quase todos foram unânimes em considerar que a primeira motivação foi a necessidade. Nessa perspectiva, a violação sexual era resultante das necessidades biológicas.

Outros entrevistados e entrevistadas dos círculos acreditam que os actos violentos ocorriam como punição contra a população de aldeias, vilas ou cidades que apoiavam as forças governamentais.

Na opinião de alguns entrevistados e entrevistadas nas províncias de Sofala, e Nampula, as forças governamentais eram mais violentas contra as populações que apoiavam a Renamo. Alguns entrevistados e entrevistadas, que assumiram ser da Renamo, contam episódios de violência extrema e indiscriminada cometida pelas forças armadas contra aldeias e povoações que apoiavam a RENAMO. Este tipo de violação tinha também três finalidades: primeiro, servia como meio de extracção de informações; segundo, como meio de destruir a coesão social e cultural no seio dessas aldeias, vilas ou cidades; e terceiro, visava criar uma atmosfera de submissão da população.

Parte significativa dos entrevistados e entrevistadas na província de Gaza defenderam que a mulher sofreu mais por causa da sua utilidade. Enquanto grande parte dos homens adultos eram fuzilados ou abatidos e as crianças e jovens rapazes eram integrados nas fileiras da RENAMO, as mulheres

eram preservadas pela sua capacidade de prover prazer e prestar serviços. Na opinião de um dos entrevistados, “se a mulher não fosse tão útil seria abatida como qualquer homem”.

Motivação Para os Militares Violarem Mulheres

“É muito difícil dizer qual é a real motivação dos homens violentarem as mulheres durante a guerra. Na opinião deles, algumas hipóteses aqui trazidas são muito teóricas. Uma das entrevistadas afirmou categoricamente que a maioria dos guerrilheiros da RENAMO usava drogas ou consumiam algum tipo de drogas. Os jovens drogados eram os mais violentos e praticavam todo o tipo de violações contra as mulheres. Estavam sobre efeito de drogas mais nada. Eram pessoas alteradas. Outros usavam remédios tradicionais por isso faziam atrocidades que envolviam até beber sangue das vítimas. Alguns remédios tradicionais exigiam que os homens violassem mulheres, principalmente as mais novas. O uso de remédios tradicionais ou de drogas também se registava no seio das forças armadas e serviu como um elemento psicológico para impor medo e respeito no seio das populações e, acima de tudo, das forças armadas. Portanto, por vezes os homens violavam por recomendação do tratamento tradicional. O ambiente de misticismo que circundava a Guerra dos Dezasseis Anos, associado aos baixos níveis de alfabetização e a preservação da cultura tradicional ajudavam a manter práticas místicas e/ou canibais ou de outra índole com estratégia ou tática de combate. A violência pode ser vista como uma forma de demonstrar poder e controlo. Essa estratégia não era unicamente usada pelos comandantes da Renamo pois, segundo informações colhidas, muitos comandantes das forças armadas eram considerados maus e carrascos pois não poupavam a população civil como estratégia para manter o respeito e o medo dentro das fileiras.”

Fonte: Participante do Círculo de Conversas na Província de Nampula, Setembro de 2018

3.3.3 Perfil das Vítimas do Estudo

O perfil das mulheres vítimas da violência armada do Conflito dos Dezasseis Anos, em Moçambique, deve ser traçado tendo em conta que se está num contexto pós-conflito transcorrido o horizonte temporal de duas décadas e meia, depois da assinatura dos Acordos Gerais de Paz assinados, em Roma, em 1992. Desta feita, em termos de faixa etária, nenhuma das vítimas directas da violência armada militar entrevistadas para este estudo tinha idade inferior a 30 anos.

Em relação ao grau de escolaridade das vítimas, muitas não possuem qualquer nível de escolaridade, tendo em conta que os longos anos de guerra não permitiram que as mesmas tivessem oportunidade de estudar. A guerra destruiu quase toda a rede escolar nas zonas rurais e condicionou bastante a rede escolar urbana. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas e do Ministério da Educação de Moçambique apontam para elevados níveis de analfabetismo no país, a rondar cerca de 44,9²⁷ por cento, onde a situação da guerra é sempre apontada como uma das causas para tal situação²⁸.

Moçambique possui mais de oito milhões de pessoas que não sabem ler, escrever e fazer cálculos, das quais cinco milhões são adolescentes e jovens dos 15 aos 19 anos de idade, e outras três milhões são idosos principalmente as mulheres.

A maioria das vítimas que participaram dos círculos de conversa eram viúvas. Os seus maridos morreram durante o período da guerra e não conseguiram voltar para casa. O período da guerra

²⁷ Segundo dados divulgados pela Directora Nacional do Ensino Primário por ocasião do dia internacional da alfabetização em 2016. Notícia disponível em <https://www.dw.com/pt-002/em-mo%C3%A7ambique-quase-metade-da-popula%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-analfabeta/a-19529655>

²⁸ Esta destruição da rede escolar traduz-se até a actualidade nos altos níveis de analfabetismo do país que são mais altos na província de Cabo Delgado com 60,7% e as mais baixas em Maputo com 9.5% segundo dados do Ministério da Educação do ano 2017. ▶

Dados disponíveis em <https://africa21digital.com/2017/09/09/mocambique-quer-reduzir-analfabetismo-para-41/-%C3%A9-analfabeta/a-19529655>

não as permitiu ter muitos filhos. A maioria dos depoimentos das vítimas apontou que os seus filhos foram mortos, no período da guerra ou foram raptados ou recrutados para engrossar as fileiras das partes em conflito. Este quadro situacional fez com que a sua situação social e económica se deteriorasse bastante.

A sua principal fonte e renda para a subsistência vêm de três fontes principais: actividades agrícolas, subsídios do Ministério dos Combatentes e Subsídios do Ministério do Género e da Acção Social. Apesar dessas pensões serem disponibilizadas a tempo, elas não são suficientes para cobrir as necessidades e preocupações, visto que é preciso comida, pagar as despesas dos filhos e netos na escola e guardar algo para despesas médicas e medicamentosas. As pensões são de valores muito baixos que não permitem cobrir as despesas mínimas.

3.4 Participação das Mulheres nos Conflitos em Moçambique

Desde o período da proclamação da independência nacional, em 1975, os dados demográficos de Moçambique apontam para o facto de que o número das mulheres ter sido sempre maior que o dos homens. De um universo de cerca de cinco milhões, na década de 1990, o número de mulheres triplicou quatro décadas.

EVOLUÇÃO DA DEMOGRÁFIA EM MOÇAMBIQUE: 1970-2017

Censo Populacional	População Nacional Absoluta	Homens	Mulheres	% da População Feminina Nacional
1970	9.407.700	4.572.200	4.835.000	51.39%
1975	10.627.300	5.171.000	5.456.400	51.35%
1980	12.130.000	5.908.500	6.221.500	51.29%
1997	15.278.334	7.320.900	7.957.386	52.08%
2007	20.366.795	9.735.000	10.524.035	51.67%
2017	28.861.863	13.800.857	15.061.006	52.18%
Média Total	16.111.999	7.751.410	8.342.555	51.66%

Fonte: INE (2015:16-17) e Tsandzana (201: 13)

Sendo um universo superior aos dos homens, pouco se tem estudado e sistematizado sobre o assunto em Moçambique. A história dos conflitos armados demonstra que os mesmos têm efeitos diferentes entre os homens e mulheres. Os conflitos armados modernos estão repletos de acções de violência contra mulheres. Moçambique não é um caso isolado. O ataque deliberado às mulheres cumpre funções que vão desde a vontade de desmoralizar os adversários, a vontade de impor medo e terror ou mesmo vontade de extirpar um grupo étnico ou religioso inteiro através da eliminação da fonte de procriação desse grupo.

Segundo Kauffman & Williams (2013) a participação das mulheres nos conflitos armados divide opiniões: enquanto uns defendem que a participação das mulheres é efectiva e directa outros acreditam que ela é indirecta. A segunda opinião manifestada defende que a participação de mulheres nos conflitos armados é feita de forma indirecta, quando elas fornecem apoio moral,

espiritual, logístico ou quando dão abrigo, protegem ou provém informações aos grupos armados. São poucos os casos de envolvimento de mulheres em situações de combate e muito poucos ainda os regimentos, companhias, pelotões ou batalhões compostos unicamente por mulheres ou chefiadas por mulheres.

De um modo geral, reconhece-se que as mulheres podem participar na guerra motivadas pelo desejo de vingar a morte de um ente querido, necessidade de se vingar de um abuso sofrido directamente ou motivada pela necessidade de repor um direito comunitário, ou ainda quando obrigadas ou intimidadas a fazê-lo.

As mulheres entrevistadas em Gaza, Sofala, Zambézia, e Nampula reconhecem que houve participação de muitas mulheres durante a guerra dos 16 anos mas que essa participação foi maioritariamente indirecta. Para estas, a mulher teve um papel secundário no teatro das operações. Quando questionadas se as mulheres teriam servido como espãs ou informantes, as nossas interlocutoras referiram que muitas mulheres prestaram informações às forças governamentais sobre o movimento dos homens armados da Renamo nas suas aldeias ou vilas. Por causa da sua actividade ser maioritariamente agrícola e por ficarem muito tempo nos campos, as mulheres eram capazes de identificar a presença de homens estranhos e reportarem às autoridades mas nem todas assim faziam por temerem represálias da RENAMO.

Do lado oposto, segundo relatos ouvidos nos círculos de conversa, houve mulheres que prestavam informações sobre as movimentações do exército aos guerrilheiros da Renamo. Muitas vezes essas mulheres desinformavam ou levavam as forças governamentais a caírem em emboscadas. Quando uma das partes descobrisse o envolvimento dessas mulheres na cedência de informações, elas eram severamente punidas ou extremamente violentadas. Nem as forças da RENAMO, nem as forças do governo poupavam tais mulheres.

Mulheres e o Conflito Armado Moçambicano

“As mulheres não tiveram um papel determinante na condução do conflito armado, em Moçambique, no sentido de serem actoras e protagonistas das incursões militares das partes envolvidas no conflito. Elas foram praticamente vítimas directas e instrumentos de guerra. Grande parte das mulheres que se viu envolvida na guerra foi obrigada através de raptos durante os ataques as aldeias, escolas, e empresas ou encontradas a caminho das machambas ou a busca de lenha ou água. Ambos grupos FRELIMO e RENAMO faziam recrutamento através de raptos, contudo as mulheres frisaram que era melhor ser sequestrado pela FRELIMO, pois, era menos violenta que a RENAMO. Também houve casos de mulheres que foram voluntariamente entregar-se aos combatentes, maioritariamente para se integrarem às forças da FRELIMO, fugindo das suas aldeias como estratégia de sobrevivência e busca de protecção.”

Fonte: Depoimento do Círculo de Conversas em Nampula – Mogovolas, Setembro de 2018

Quando começou o conflito armado em Moçambique, muitas mulheres já tinham iniciado o processo de emancipação mas não tinham presença política e militar significativa. As mulheres embora representadas em alguns sectores políticos não tinham poder decisório na vida social e muito menos na vida militar. No lado das forças governamentais era raro ver unidades militares de mulheres combatendo contra guerrilheiros da RENAMO e também era raro ver grupos de mulheres guerrilheiras a combaterem contra as forças governamentais.

Apesar da participação da mulher nos actos de violência ou nos combates ter sido relativamente pequena, alguns entrevistados reconhecem que não se pode menosprezar o seu contributo e reconhecem que as mulheres foram essenciais no transporte da logística da RENAMO, quer seja obrigadas ou de forma voluntária, participaram activamente na produção e confecção de refeições para os guerrilheiros da RENAMO, ofereciam víveres e guarita para guerrilheiros da Renamo e das forças governamentais em áreas controladas por eles ou de trânsito. No geral, as mulheres cuidavam da educação dos filhos dos guerrilheiros e todos os residentes das áreas sob controlo da RENAMO e da FRELIMO dando abrigo, protegendo ou alimentando os combatentes de ambos os lados.

Para além disso, houve sim casos, ainda que menos frequentes, em que as mulheres incitaram e cometeram actos de violência. Alguns relatos indicam que algumas mulheres foram responsáveis morais por actos de violência cometidos contra outras mulheres quando estas ordenavam seus parceiros a violentarem as mulheres levadas às bases da RENAMO. Algumas testemunhas afirmam que havia mulheres carrasacas e que se serviam da sua posição de autoridade para se impor sobre outras mulheres. Uma das nossas entrevistadas na província de Gaza, afirmou que “...em alguns casos, as mulheres foram mais violentas do que os homens...” fazendo referência a uma temida comandante das forças da Renamo que espalhou terror em algumas partes da província, na Zambézia, no Distrito de Ile.

Nos círculos de conversa de Gaza e Sofala, alguns relatos colocavam a mulher como instigadora e agitadora da violência. No caso específico, reporta-se que as mulheres da RENAMO ou as que residiam nas bases da RENAMO por muito tempo adoptavam o mesmo comportamento violento da sua contraparte masculina principalmente em relação às mulheres e raparigas recém-chegadas e recém-raptadas. Dado que residiam há mais tempo nas bases e possuíam laços de casamento com os guerrilheiros da Renamo, estas possuíam o estatuto de mais velhas e tinham autoridade sobre as novatas à quem administravam ou mandavam administrar punições ou agressões pelo facto das novatas reclamarem dos trabalhos pesados ou pelo facto de exigirem retornar a suas casas ou zonas de origem. Foi apresentado um exemplo que meninas foram violadas ou violentadas a mando destas senhoras.

Uma das intervenientes, nos círculos de conversas apontou que em Mogovolas os homens da RENAMO que cercaram a vila gritavam o nome de uma comandante. A voz de comando que respondia aos homens era de uma mulher. Afirma que não conseguiu ver a cara dessa mulher porque estava escondida mas que foi possível perceber a existência de outras mulheres no grupo. Mas a maioria eram homens. Teve informações que na província de Nampula havia uma comandante da Renamo muito temida e que era muito violenta. Foram poucos os depoimentos que suportavam esta informação sendo que nos outros casos as pessoas reportaram aquilo que ouviram dizer. De qualquer forma, ficou evidente que não havia grupos da RENAMO exclusivamente compostos por mulheres e que as unidades chefiadas por mulheres eram incomuns.

Mulheres Raptadas no Período da Guerra

“...Fui sequestrada pelas tropas Governamentais. Durante anos, eu servi de cozinheira da tropa. O comandante defendia muito as mulheres e havia sempre punição para aqueles que abusavam ou tentavam abusar das mulheres...”

“...Fui capturada quando voltava da machamba. Os outros conseguiram fugir, mas eu porque trazia a criança no colo não consegui correr. Fui levada, juntamente com outras três mulheres, para uma base onde fiquei por lá durante um período de cerca de dois anos, até consegui fugir e voltar para casa na minha aldeia...”

“...Fui capturada no ataque de Nicoadala e Muselo. Foi um ataque muito violento e ocorreu durante a noite. Quando nos apercebemos da presença deles, já haviam cercado a aldeia e nós estávamos no meio do campo de batalha entre as Forças Governamentais e a RENAMO. Nesse ataque houve muitas mortes e muitos fomos levados com a RENAMO. Tudo aconteceu enquanto era noite e no meio de tiroteio...”

“..Fui raptada quando estava a voltar da minha machamba e me levaram para a Base Central. Mongue. Era muito difícil fugir daquele lugar, porque, havia muito controlo, mesmo quando tínhamos que fazer actividades dentro da base – cultivar a machamba, buscar água e lenha – sempre havia soldados a nos escoltar...”

“..Nosso grupo foi encontrado no rio. Eles fizeram-nos caminhar um dia inteiro, com cargas pesadas na cabeça. Os que não aguentaram morreram ali mesmo. Os outros foram assassinados, porque caíam toda hora com a carga. Nunca vimos mulheres durante os ataques, o que podia acontecer, era ver elas antes dos ataques, elas vinham fazer reconhecimento, se faziam de loucas e andavam semi-nuas pelo bairro, quando elas desapareciam poucos dias depois ou no mesmo dia éramos atacados...”

“...Eu vivi cerca de cinco anos numa base da RENAMO. Na altura fui raptada na Sede-Bala, na Maganja da Costa. A vida na base era difícil. Nós éramos forçados a casar com soldados ou a ser mulher dos chefes dos militares. As mulheres dos chefes estavam, em melhores condições, porque eram protegidas e não eram abusadas de qualquer maneira. Quando havia saques nas aldeias, elas eram as primeiras a escolher os bens e tinham direito a sal. As outras mulheres eram feitas de empregadas domésticas; cozinhavam para os soldados; cultivavam nas machambas dentro de base; buscavam água; e durante a noite eram usadas pelos soldados; éramos obrigadas a manter relações sexuais e podia ser com soldado diferente a cada noite e não havia como recusar...”

Fonte: Depoimento de Círculos de Conversas das Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala (2018).

Como se pode constatar, nos depoimentos acima apresentados, a maior parte das mulheres realizavam trabalhos domésticos, cozinhavam, lavavam, buscavam água, cuidavam das casas dos soldados, e carregavam material. Na sua maioria eram forçadas a casar ou servir de mulheres dos soldados. Por outro lado, elas recebiam treinamento paramilitar e de autodefesa, e serviam de espíãs ou mensageiras – as que conseguiam ganhar confiança dos chefes – no entanto poucas chegavam a ser militares – combatentes operativas – e nenhuma chegou a ascender a chefe de algum comando militar, as mulheres eram excluídas dos ataques, ficavam nas bases e cuidavam dos doentes e faziam as machambas. Houve também algumas mulheres, principalmente as combatentes da guerra de libertação nacional, que retornaram aos quartéis e foram combatentes.

Estas declarações permitiram-nos concluir que no conflito armado moçambicano as mulheres tiveram um papel activo, porém secundário, e que não foram mentoras dos actos de violência sistemática e organizada. Elas foram mais vítimas da violência militar, do que protagonistas deste

tipo de violência. Em termos práticos, o papel da mulher foi reservado quase que exclusivamente a operações de espionagem e busca de informações; operações psicológicas, propaganda e desinformação; carregamento de mantimentos, armas e diversos produtos resultantes das operações de pilhagem; confeção de alimentos nas bases; cuidar das crianças e operações de produção; e finalmente, parceiras dos militares que ocupavam as bases.

3.5 Impacto da Violência Sofrida

Durante o Conflito Armado na Vida de Mulheres e Raparigas

Durante os conflitos armados são visíveis²⁹ os efeitos da violência na vida das mulheres tais como: violações sexuais, deslocamento em busca de segurança, casamentos forçados etc. Depois dos conflitos o sofrimento torna-se invisível e compreende danos psicológicos como a rejeição a nível da comunidade, sentimentos de ódio, aflição, desespero, depressão, vingança entre outros (Peireira, 2016).

A violência dos conflitos armados produz efeitos ou consequências diferentes em cada indivíduo e cada indivíduo tem os seus mecanismos de superação ou gestão de dor e angústia. No entanto, acredita-se que existem diferenças substanciais relativamente a forma com que homens e mulheres enfrentam as sequelas da guerra.

Quando são obrigadas a refugiar-se, as mulheres sentem a necessidade de carregar todos os seus dependentes, desde crianças a idosos e a perda de qualquer um destes dependentes afecta sobremaneira a mulher que muitas vezes é obrigada a ver o seu filho a ir a guerra e a abandonar a família. Muitas mulheres vêm os seus filhos serem raptados para irem a guerra e suas filhas abusadas.

3.5.1 Impacto Social

Um dos impactos do Conflito Armado dos Dezasseis Anos foi o colapso das famílias, das comunidades e a destruição do tecido social. Muitas raparigas perderam seus pais e se tornaram órfãs. Aquelas que tinham familiares perto de suas aldeias foram acolhidas por essas famílias enquanto outras foram obrigadas a permanecer em suas regiões de origem. Outras seguiam as várias colunas de refugiados que procuraram refúgio no Zimbabwe e no Malawi. As populações que viviam junto aos distritos fronteiriços procuraram refúgio nos países vizinhos como forma de escaparem a guerra. O conflito levou a deslocação da maior parte da população ao centro de refugiados onde ficaram até ao fim do conflito.

Segundo os relatos das mulheres que participaram dos círculos de conversa, a vida no centro de refugiados não era das melhores, eram maltratados pelos Malawianos, faltava comida e água o que obrigava as mulheres a atravessar a fronteira para Moçambique a procura de víveres, para sustento das famílias, sobre o risco de ser raptadas. Muitas meninas que foram aos centros de refugiados foram vítimas de abuso sexual ao longo do caminho ou dentro dos centros de refugiados cometido por pessoas ligadas aos centros de refugiados.

Muitas mulheres viram suas famílias destroçadas com a perda do marido ou dos filhos seja por morte ou por rapto. O número de viúvas ou mulheres abandonadas cresceu muito. Comunidades inteiras ou aldeias ficaram desabitadas por força dos ataques ou por força da fuga da população. Algumas comunidades permaneceram no lugar mas eram vítimas constantes do assédio das forças da RENAMO ou do governo. Em termos gerais, o conflito resultou em muitas mortes, desaparecimentos e fuga de pessoas para zonas mais seguras. Uma das principais consequências da guerra foi o êxodo rural.

Com o fim do conflito, em 1992, a recepção das mulheres não foi igual para todas. Algumas entrevistadas afirmaram que não sofreram estigma ou discriminação pelos actos de violação, pois suas

²⁹ Triângulo da violência desenvolvido por Johan Galtung que faz referência aos efeitos visíveis e invisíveis da violência.

famílias entenderam que se tratava de “actos da guerra” e também porque a maioria das mulheres sofreu esse tipo de violência. Houve casais que ficaram juntos por reconhecer que eram coisas da guerra. Nestes casos não houve divórcios e os maridos acolheram as suas mulheres e voltaram à sua vida de casal, fruto dos trabalhos de sensibilização da igreja e das estruturas locais de modo a que não rejeitassem os seus familiares sequestrados, e os reintegrassem nas suas comunidades. De tal forma que a volta de alguém era celebrada. Entretanto houve mulheres que foram marginalizadas pelas suas famílias e não foram aceites de volta às suas comunidades por várias razões entre elas o estigma e passaram a viver como indigentes renegadas pelas suas famílias e comunidades tendo desenvolvido distúrbios psicológicos e emocionais que nunca mais foram tratados.

Impacto Social do Conflito Armado nas Mulheres em Moçambique

“A minha tia foi sequestrada e ficou muito tempo por lá, e nos haviam dito que ela estava casada com um comandante, mas quando ela voltou meu tio a recebeu, ficaram juntos até que ela faleceu. Eu fiquei três anos na base da RENAMO, violada várias vezes, sofri muito. Quando consegui fugir e voltar a casa, o meu marido me recebeu, mas tive dificuldades para manter relações amorosas com ele. Eu cheguei mesmo a ser levada ao aconselhamento com as anciãs da aldeia, mas nunca consegui ter filhos. Até o presente momento não tenho filhos, acredito que fiquei estéril, por causa da violência que sofri. Aqueles homens eram maus. As vezes te violavam e depois metiam coisas na sua vagina. Várias vezes colocavam mesmo a própria arma ou ferros que encontravam por perto.”

Fonte: Depoimento de Vítima da Província da Zambézia, Setembro de 2018.

3.5.2 Impacto Económico

O impacto económico pode ser medido em termos de impactos directos e impactos indirectos. Em termos de impactos indirectos podemos assumir, pelas declarações das vítimas entrevistadas, que as mulheres foram as mais afectadas pela destruição das infraestruturas económicas como estradas e pontes, a inflação sobre os preços dos produtos, a escassez de produtos nos mercados, a interrupção da circulação rodoviária e ferroviária com suas consequências para a redução do comércio e a mobilidade de bens e pessoas e a interrupção do fornecimento de serviços básicos tais como água, energia, na medida em que elas por natureza trabalham no sector de comércio informal e muitas delas perderam seus bens e seus negócios em decorrência do conflito.

Impactos directos referem-se à interrupção ou redução da produção agrícola familiar, a destruição de bens e propriedades familiares, a perda da criação animal, os roubos e furtos sofridos, a escassez de alimentos resultante da destruição das machambas e a exploração económica a que estavam sujeitas muitas mulheres. Outros impactos directos estão relacionados com a perda de emprego devido ao encerramento de muitas fábricas e empresas, a incapacidade de vender os excedentes de produção nos mercados locais e as dificuldades de aquisição de produtos alimentares e de higiene básicos nos mercados.

Cerca de 60% a 70% das mulheres que participaram dos círculos de conversa considerou que o conflito armado representou um retrocesso para todos, porque muitos interromperam a escola e perderam seus empregos, além de perder suas casas que foram queimadas e todos bens, tendo recuperado somente as machambas, os terrenos e propriedades não destruídas.

O conflito armado exacerbou os níveis de pobreza. Neste nível, o mesmo afectou a mulher de forma trágica. Muitas mulheres que regressaram as suas zonas de origem viram seus direitos de

propriedade recusados pelos seus familiares, principalmente aquelas mulheres que regressaram para o convívio das famílias de seus cônjuges mortos ou desaparecidos.

Depoimento de uma Víctima da Guerra no Distrito de Manjacaze, Província de Gaza.

“...Eu fui capturado para servir as forças de defesa da soberania naquela famosa operação/campanha tira camisa e já tinha 12 cabeças de gado. Se não tivesse sido capturado já teria muitos bens...” mas hoje não existe nenhum apoio para mim nem para a minha família e estamos todos entregues à nossa sorte “... Hoje não tenho absolutamente nada e não consigo esquecer a guerra. No ano passado fiz a 12ª classe depois de adulto, mas muitos dos meus companheiros não têm essa possibilidade porque não vivem aqui na Vila-Sede...”

Pelo facto de terem passado vários anos em cativeiro, em refúgio ou no mato, muitas mulheres não tiveram oportunidade de estudar ou de fazer uma formação técnica. Quando se deslocaram para os maiores centros urbanos à procura de meios de sobrevivência e subsistência, estas mulheres não puderam ser contratadas em empregos formais. Muitas dessas mulheres foram forçadas a prostituir-se para sobreviver e alimentar seus dependentes.

Mais de 90% das mulheres entrevistadas consideraram que a paz não lhes permitiu recuperar seus bens ou propriedades e não houve preocupação por parte do governo em ajudar as mulheres que voltavam do mato tendo sido esquecidas pelo Estado. Por isso, algumas mulheres consideraram que a paz trouxe um novo tipo de violência contra as mulheres: a violência económica. Esta nova violência não foi provocada pelos homens da RENAMO, mas sim pelo Governo e pelas agências de ajuda humanitária em virtude de terem ignorado as necessidades económicas das mulheres.

Impacto Económico da Guerra nas Mulheres em Moçambique

“...Eu trabalhava numa empresa de algodão, quando terminou a guerra voltei para a minha aldeia, mas não tinha documentos que provavam que tinha lá estado, pois haviam queimado todo o arquivos da fábrica, e assim perdi o meu emprego.”

Fonte: Participante do Círculo de Conversas na Província de Nampula, Setembro de 2018.

3.5.3 Impacto Físico e Psicológico

O conflito armado moçambicano teve impactos diferentes entre os homens e as mulheres, no domínio físico e psicológico. Os impactos psicológicos da guerra resultaram de vários factores: (i) foram as acções de combate que provocavam o caos; (ii) o facto de terem vivido sob fogo cruzado diariamente obrigou muitas mulheres a experimentarem situações de grande pressão emocional e de pânico pelos tiros e bombardeamentos que resultavam em mortes indiscriminadas que deixavam as comunidades e as mulheres e crianças, em particular, extremamente assustadas; (iii) as sevícias sofridas pelas mulheres durante o período de cativeiro nas bases militares que alimentavam o receio de ser capturada ou raptada para as bases ou de ser morta e em (iv) as situações de violação sexual que as mulheres vivenciaram em suas zonas de origem ou mesmo nas bases militares.

A maior parte das sequelas resultaram das violações sexuais a que as mulheres eram submetidas. Eram notórias as consequências da violência cometida contra as mulheres durante o conflito durante os círculos de conversa: muitas demonstravam pavor, medo e choravam. Outras demonstra-

vam raiva e inconformismo, sentimento de vulnerabilidade e muita baixa estima. Também frisaram que viveram momentos de pânico e raramente conseguiam dormir principalmente nos primeiros anos depois da guerra. E, outras mulheres tiveram problemas mentais. A atitude geral foi seguir em frente e agradecer por não ter morrido durante a guerra. As mulheres frisaram que sofreram muito durante a guerra, tinham medo de dormir, além da perda de vontade de manter relações amorosas com seus maridos. Outras apontaram a problemas de mudança repentina de temperamento, aumento de agressividade e ataques de ansiedade. “Nós testemunhamos muita coisa horrível e é difícil sair da cabeça de alguém”, afirmou uma entrevistada.

As consequências emocionais da violência contra mulher durante o conflito armado não desapareceram após o fim do conflito armado pois muitas mulheres manifestaram durante muito tempo um sentimento de angústia, dor e tristeza. As expressões de perda irreparável ainda são visíveis durante a conversa que mantivemos com algumas mulheres. Muitas mulheres que foram violadas até hoje vivem traumatizadas e com vergonha do que aconteceu. Outras manifestam sentimento de culpa e têm dificuldades de manter relações amorosas.

Medo e Maus Tratos dos Raptados nas Bases

“Nos primeiros dias de cativeiro o sentimento dominante era o medo pois não sabiam qual seria a sua sorte. Muitas mulheres mantinham-se acordadas por várias horas por temerem serem agredidas durante o sono, outras mantinham-se acordadas na esperança de encontrarem uma brecha para fugirem. Só as mais corajosas arriscavam em fugir pois as tentativas de fuga eram severamente punidas. Poucas se acostumaram com o ambiente das bases pois o receio de ataques do governo era permanente. Algumas das mulheres preferiam e tinham esperança de que o governo atacasse as bases pois preferiam morrer do que suportar a tortura, outras viam nos ataques a oportunidade esperada para fugirem. A ansiedade dominava por completo. Mas quando o tempo passava muitas tinham que encerrar a realidade e entravam em depressão. Muitas mulheres cometeram suicídio por não aguentarem com seu sofrimento. As sevícias – maus tratos, castigos e punições – que as mulheres sofreram no cativeiro terão jogado um papel determinante, para o desenvolvimento de vários problemas psicológicos. Os maus tratos não eram só físicos pois incluíam agressões verbais constantes e ameaças a suas vidas ou a vida de seus dependentes e filhos.”

Fonte: Depoimento de Participante do Ciclo de Conversas na Província da Zambézia, Setembro de 2018.

Nos círculos de conversa, o segundo bloco de consequências e impactos do conflito armado nas mulheres estiveram relacionados com a questão física. Os relatos dos entrevistados apontavam para o registro de pessoas que viram seus membros superiores e inferiores amputados, ou que envolveram o corte do nariz, dos olhos, dos lábios ou das orelhas a mulheres que tentassem fugir do cativeiro. Uma prática comum de agressão física foi a tatuagem feita a sangue frio no rosto de algumas mulheres ou em outras partes do corpo. Este tipo de agressão correspondia a um tipo mórbido de tortura que culminava em expôr a carne do corpo.

Outras mulheres tiveram lesões corporais permanentes como entorses, braços ou pernas quebradas por força de espancamentos, pisadas, empurrões ou arrastamento. Algumas referem que as agressões podiam ser feitas por mais de um homem e que podia terminar ou na morte ou quando a rapariga desmaiava. Houve mulheres que perderam a capacidade de visão em determinado olho

ou que perderam a dentadura por força dos golpes. Algumas lesões permanentes resultaram de estilhaços de instrumentos explosivos como granadas ou morteiros ou de vidros partidos mas todos eles decorrentes de acções de guerra.

Impactos da Violência Armada Sobre as Mulheres e Raparigas

Os conflitos armados proporcionam situações de violência armada com diferentes tipos de impactos na vida das mulheres e raparigas: Impacto Psicológico – muitas mulheres dementes ou com problemas de saúde mental, muitas mulheres traumatizadas, Medo, Raiva, Vergonha, Perda de autoestima e autoconfiança, Sentimento de culpa, aumento da agressividade, ataques de pânico, perda de confiança, sensação de vulnerabilidade, dificuldade para dormir, dificuldades de concentração, dificuldades de manter relações amorosas, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos de comportamento; Impacto Físico – aumento do número de mulheres deficientes ou incapacitadas, ferimentos resultantes balas e outros instrumentos cortantes ou perfurantes, órgãos ou membros mutilados, cicatrizes, lesões corporais permanentes; Impacto na Saúde – capacidade reprodutiva afectada, proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, problemas de saúde resultantes da fome e malnutrição, proliferação de doenças por falta de tratamento médico ou de medicamentos básicos; Impacto Económico – fome, malnutrição, prática da prostituição para sobrevivência, desemprego, aumento da pobreza rural e urbana, são forçadas a prostituir-se para se alimentar, falta de abrigo, falta de meios de subsistência; e Impacto Social – o colapso de suas famílias e comunidades, várias mulheres sem-abrigo ou sem casa, muitas mulheres incapazes de retornar ao convívio de suas famílias, muitas mulheres órfãs ou viúvas, muitas mães solteiras, muitas mulheres refugiadas ou deslocadas, analfabetismo e educação, estigmatização, rejeição social, maus tratos.

3.6 O Fim do Conflito e a Retomada da Paz em Moçambique: Processos de Reconciliação Adoptados

Moçambique constitui um caso de reconciliação “*sem justiça*” onde as questões de consolidação do cessar-fogo a curto-prazo, tais como a entrega de armas por parte da população e a reintegração dos soldados e dos refugiados nas comunidades processaram-se de forma relativamente fácil, devido a vários fatores. Um destes constitui o facto de o conflito não ter derivado de rupturas profundas na sociedade, como fracturas étnicas ou religiosas como aconteceu por exemplo no Ruanda. Para além da bipolarização específica do “Eles” e “Nós” patente nas relações entre a FRELIMO e a RENAMO consubstanciada no tipo e nível de violência que se verificaram nas províncias de Gaza e Sofala por representarem respectivamente as bases de apoio e de origem tribal dos membros da FRELIMO e da RENAMO respectivamente, não houve registo significativo de diferenças profundas entre os diferentes segmentos da sociedade que viviam um conflito de base essencialmente ideológico.

O fim da Guerra dos Dezasseis Anos constituiu um momento eufórico para as comunidades. Contudo, a convivência foi um processo difícil e paulatino, porque em algumas aldeias eram frequentes as lutas e situações de conflito. Os homens ficavam a beber e, por vezes, falavam das coisas que fizeram durante a guerra indicando as famílias ou nomes das pessoas que violentaram, o que criava agitação e alimentava o sentimento de vingança. O trabalho das estruturas locais foi no geral eficaz

para reprimir este tipo de acções através da realização de reuniões de sensibilização, onde eram punidos os perpetradores da desordem, ou ainda, através da expulsão dos mesmos das comunidades. Para as mulheres, existia um grupo de anciãs que eram chamadas para reunir-se com as mais jovens de modo a educá-las e ajudar a não ter medo de voltar à vida normal.

Foi neste contexto que foi adoptada uma abordagem de esquecimento que se manifestou através da organização de ritos tradicionais de vária natureza no pós-guerra cujo objectivo era purificar os indivíduos (homens e mulheres, vítimas e perpetradores) que tiveram papéis relevantes na guerra, cortando as ligações com o passado e integrando-as nas comunidades. A ordem pós-conflito era esquecer o que passou e seguir com a vida, evitar qualquer recordação sobre a guerra, sob o risco de tal recordação ser mal interpretada e que houvesse a retomada das armas, comprometendo-se assim a tão almejada paz. O que se pretendia era evitar o retorno à guerra dada a dificuldade de identificação dos violadores e a possibilidade de despertar mágoas na população tendo por isso se investido fortemente na sensibilização da população sobre a necessidade de se construir a paz apelando ao perdão e ao esquecimento dos actos de guerra através de programas inovadores que tinham como principal objectivo reintegrar homens, mulheres e crianças nas suas comunidades de origem. Esta abordagem de reintegração foi eficiente para pôr fim a guerra mas trouxe sérios questionamentos acerca da eficácia da abordagem ao não ter permitido o alcance de uma reconciliação em sentido mais lato.

Devido a esta abordagem, 85% dos participantes dos círculos de conversa afirmaram que não sofreram estigma ou discriminação por parte da comunidade local pelos actos de violação sexual ou de outra natureza sofridos durante a guerra, porque as estruturas locais organizaram grupos de anciãos que levaram a cabo sessões de aconselhamento e mobilização das comunidades para facilitar o processo de reintegração e recepção das vítimas, no seio da família e na comunidade, proporcionando poucos casos de divórcios e discriminação, uma vez que a maioria dos homens recebia as suas mulheres e voltavam a vida normal. Estas acções de reintegração foram também extremamente relevantes para o processo de ressocialização das crianças que foram instrumentalizadas nas suas comunidades de origem (Honwana, 2002).

Porém, nota-se que, apesar desta dinâmica ter alcançado os resultados positivos mencionados acima que permitiram o alcance e um processo de construção da paz menos violento, o deflagrar do último conflito em 2012 deixou patente o alto custo da negação do passado e da impunidade, ao permanecerem na mente e no quotidiano dos moçambicanos os elementos estruturais do conflito.

O fim dos conflitos em Moçambique (Acordo Geral de Paz de 1992) e o actual acordo de cessação de hostilidades em vigor representaram um alívio aos tempos difíceis passados pelas mulheres de forma muito mais dramática na Guerra dos Dezasseis anos. Contudo, estas consideram que, mesmo em contexto da paz, elas continuam a ser marginalizadas, e no actual processo de negociação de paz não tem havido um espaço onde elas possam partilhar suas vivências e visões, contribuindo para que mais uma vez seja negociada uma paz sem justiça, que sequer considera a possibilidade de criminalização das variadas formas de violação dos direitos humanos das mulheres, e nem dá oportunidade para qualquer tipo de denúncia muito menos um programa específico para tratamento dos traumas psicológicos resultante das sequelas guerra. Esta percepção é consubstanciada por Veloso (2018:28) ao considerar que:

“... Durante o processo negocial, a comissão mista recebeu muitas pressões, mais ou menos intensas para terceiras partes participarem no diálogo, em particular de várias associações da sociedade civil, grupos vários de religiosos e também de individualidades a título individual... a nossa resposta foi sempre que seria desejável que todos participassem, mas deviam aguardar o momento oportuno, porque o exercício era prioritariamente acabar com o conflito armado que, na prática só envolvia duas entidades: o Governo e a Renamo...”

Capítulo IV:

A Participação das Mulheres Nos Processos de Paz Reconciliação Nacional e Coexistência Pacífica Pós-Conflito

A Participação das Mulheres Nos Processos de Paz Reconciliação Nacional e Coexistência Pacífica Pós-Conflito

4.1 Panorama Situacional e Experiências Internacionais

A adopção da Resolução 1325³⁰ pelo Conselho de Segurança da ONU (CS), em 2000, representou um momento decisivo na defesa dos direitos das mulheres em todo o mundo ao reconhecer, pela primeira vez na história, o papel da igualdade de género e da liderança das mulheres na paz e segurança internacionais. Por força desta resolução, vem crescendo nas últimas décadas a percepção de que as mulheres podem ter um contributo significativo nos processos de reconciliação nacional.

O facto é que, segundo Garasu (2002), muitas mulheres vêm desempenhando um papel relevante e decisivo nos processos de reconciliação nacional em diversos países. Seja a título individual ou colectivo, em organizações, o seu papel não passa despercebido. Muitas mulheres usam o seu *status de* matriarca na família para negociar a paz em suas comunidades e, por vezes, usam suas habilidades femininas para manterem um diálogo construtivo entre partes antagónicas. A autora refere por exemplo que algumas mulheres tiveram a coragem de se introduzir na mata para ir buscar seus filhos ou para negociar directamente com os grupos rebeldes.

Um olhar pelo mundo permite-nos concluir que o papel que as mulheres desempenham nos processos de reconciliação pós-conflito depende muito do papel que as mulheres desempenham na sociedade em questão. Na maior parte das sociedades as mulheres são vítimas sem voz e continuam sem ser ouvidas mesmo depois do conflito (Chandler, 2016). Em muitos casos, as negociações de paz são realizadas entre os homens porque são eles que ocupam postos ou cargos militares e políticos. Em sociedades onde a mulher possui um peso qualitativo, seja ele religioso ou tradicional, sua voz pode influenciar o comportamento das partes em conflito.

A teoria da transformação do conflito de John Paul Lederach discutida por Diane Chandler (2016) sustenta que a paz após um conflito é um processo de mudança que exige mais estruturas de apoio que respondam às necessidades relacionais do que eventos ou acordos. Neste sentido, partindo da visão de McCarty (2011), Garasu (2002), as mulheres podem ajudar no processo de reconciliação de diversas formas.

Na opinião de Casimira (2003) existem 3 áreas onde as mulheres podem desempenhar um papel único e crucial na resolução do conflito e na condução dos processos de reconciliação:

As mulheres tendem a se concentrar em narrativas. Enquanto os homens tendem a discutir questões e negociar posições, as mulheres compartilham histórias da vida em comunidade e se sentem à vontade e confortáveis na troca de narrativas e experiências pessoais.

Aliás, tomando-se o exemplo do caso colombiano, é bastante clara a importância das narrativas de milhares de mulheres que participaram do processo de negociação de paz nos processos de reconciliação e que teve um impacto significativo na resolução do conflito colombiano. Contrariamente, os homens se concentravam em contar as histórias do conflito em si, das suas posições e convicções.

Durante os trabalhos de campo para a realização do presente estudo nas províncias de Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula foi notória esta situação onde as histórias e experiências das mulheres ganhavam uma relevância de dimensões emotivas ao apresentarem narrativas tão claras e específicas sobre os horrores da guerra e seu impacto na vida das comunidades e muito claramente reconheciam e aceitavam as diferenças entre as partes em conflito apelando sempre ao fim do conflito independentemente das diferenças que separavam as partes.

A consciência das diferenças entre as partes em conflito é clara e visível nos discursos das mulheres e isto tem um papel fundamental na reconciliação, na medida em que elas podem mais facilmente concentrar-se em resolver as diferenças do que em prolonga-las em posições irreconciliáveis.

³⁰ Doc. ONU S/RES/1325, 31 Outubro 2000, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>. A resolução 1325 colocou em evidência, de uma forma inequívoca, o papel da cidadania e da igualdade de género em todas as fases do processo de construção da paz e lança uma nova perspectiva sobre as mulheres, reconhecendo-as não exclusivamente como vítimas que carecem de protecção, mas também como atores relevantes e capazes nestes processos, apelando, assim, a uma nova abordagem das políticas nesta matéria.

³¹ <https://www.cfr.org/interactive/womens-participation-in-peace-processes>

As mulheres têm “a capacidade de dar à dor uma expressão pública” (Casimira, 2003). O papel da dor, de lidar com as perdas pessoais e de outros, é intrínseco à reconciliação. Uma compreensão sincera do outro só vem com a vontade de entender a dor, aceitar, confessar e perdoar.

Não obstante essa riqueza das narrativas, sua consciência das diferenças e da sua capacidade de dar uma expressão pública à dor, as mulheres comumente são excluídas das discussões formais sobre processos de paz transição e de reconciliação em todo o mundo, sendo-lhes sistematicamente negado o direito de participar de decisões que moldarão suas vidas e as de suas famílias e comunidades onde elas próprias desempenham um papel central e primordial na garantia da estabilidade e coesão representando o elo mais sofrido das guerras com uma dimensão de vítima das guerras.

Apesar dos avanços registados com a adopção da Resolução 1325 do CS sobre a necessidade de assegurar a participação das mulheres em processos negociais ainda existem muitos desafios para a concretização desse objectivo, pois, com a excepção de Graça Machel que integrou uma equipa de 3 mediadores aquando da crise eleitoral queniana em 2008, nenhuma outra mulher foi apontada como mediadora em negociações de paz em toda a África.

No que tange à referência à violência do género nos acordos de paz, de acordo com um estudo realizado pela Universidade de Edimburgo e o *Council on Foreign Relations*, da análise dos cerca de 1,187 acordos de paz negociados entre 1990 e 2017 apenas 19% fizeram referência à mulher e 5% se referiram à violência baseada no género confirmando a contínua marginalização das questões do género não obstante os esforços da ONU³¹.

Em Moçambique, durante o processo de negociação de paz havido na década de 90 e do recente acordo de cessação de hostilidades entre as autoridades governamentais e a guerrilha da RENAMO, a participação das mulheres foi insignificante em todos os âmbitos da negociação e nenhum dos acordos fez referência as questões da violência baseada no género que ocorreram durante o período de guerra e da tensão político militar demonstrando uma contínua marginalização do papel da mulher na solução dos conflitos e na sistemática ignorância relativamente às vítimas do conflito.

4.2 Contributo da Mulher na Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

A nível internacional, as mulheres têm contribuído para a construção da paz e processos de paz através de uma ampla variedade de papéis, seja como negociadores, activistas ou líderes comunitários (Caritas Canadá, 2017). Nesta perspectiva, evidências mostram que a inclusão de mulheres ajuda a prevenir conflitos, cria paz, melhora os processos de reconciliação e sustenta a segurança após o fim da guerra. Acredita-se que as mulheres também podem ser um recurso valioso para iniciativas de reconciliação, particularmente quando elas estão em posição de influenciar a tomada de decisão, pois permitem que a negociação seja conduzida de forma positiva e que a implementação dos acordos alcance os seus resultados. Uma das maneiras pelas quais as mulheres se podem engajar no activismo pela paz é no nível local das suas comunidades. As mulheres também se podem engajar no activismo pela paz através da participação no sistema político formal, como a criação de partidos políticos ou organizações da sociedade civil dedicadas a preservação da paz.

No mundo, há exemplos muito ricos de participação de organizações feministas e de mulheres nos processos de paz. Muitas vezes, essas organizações trabalharam por fora ou serviram de base para o *lobby* pela paz, pelo desarmamento e pelo fim das hostilidades.

Essas organizações desenvolveram um forte *lobby* pela protecção dos direitos humanos. Por diversas vezes, as organizações de mulheres insistiram na imposição de sanções contra regimes opressivos ou advogaram contra a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte. Portanto,

não se pode analisar os processos de paz sem olhar para o papel determinante que exerceram várias organizações de mulheres que actuam a nível doméstico e internacional. Muitas vezes, trata-se de organizações mais emblemáticas que agrupam vítimas, ex-mulheres deslocadas, camponeses, religiosos, organizações não-governamentais, organizações comunitárias, cooperativas, ambientalistas, cooperativas de poupança, entre outros, que procuram contribuir para o processo de paz e reparação.

De acordo com Diaz e Tordjman (2012:3), as mulheres desempenharam um papel determinante nos processos de paz em Guatemala, Irlanda do Norte, El Salvador, Filipinas e Honduras. Apesar de esta participação merecer algum destaque, os autores referem que os números médios das mulheres que participam em papéis oficiais das negociações - como negociadoras, mediadoras, signatárias ou testemunhas - permanece notavelmente baixos. De acordo com os autores ora mencionados, estudos demonstram que a participação feminina nas conversações de paz é escassa e bastante insignificante.

Porém, ainda de acordo com os mesmos autores, (Diaz e Tordjman (2012:3-11) para além da participação escassa de mulheres nos processos negociais, abordar questões de violência sexual contra mulheres não costuma ser uma prioridade para as partes. Na sua opinião, a ausência de mulheres na mesa de negociações é a principal causa da não-inclusão de aspectos relacionados com a violência de género nas negociações de paz.

As mulheres exigem o seu envolvimento nas diversas tarefas do processo negocial, seja como mediadoras ou como membros de equipas de mediação, como delegadas das partes negociadoras, como partes negociadoras representando a agenda de mulheres, como signatários, como testemunhas, como representantes da sociedade civil feminina com um papel de observadoras, como consultoras de género para mediadores, facilitadoras ou delegados, como membros de comités técnicos, ou numa mesa separada ou grupo de trabalho dedicado às questões de género.

Entre 1990 e 2017, a maioria, senão a totalidade dos acordos de paz assinados, não fez referência às mulheres e menos ainda abordaram as questões da violência baseada no género, reproduzindo um padrão internacional que ignora a eficácia da participação das mulheres na resolução de conflitos, apesar de ser reconhecida a contribuição das mulheres na prevenção e solução dos mesmos.

Contributo das Mulheres Para o Processo de Pacificação

De um modo geral, partindo da análise de McCarty (2011), assume-se que as mulheres podem ajudar no processo de pacificação pela sua capacidade de estabelecer relações de confiança: as mulheres frequentemente se envolvem em activismo pela paz fazendo protestos, vigílias, discursos públicos, boicote político e económico. Os grupos de mulheres costumam realizar workshops que exigem que os membros das partes opostas trabalhem juntos. As organizações de mulheres e mulheres individuais são mais adequadas para se encontrar com o inimigo sem despertar suspeitas, ajudando a fomentar a confiança. As mulheres tendem a empreender iniciativas em nome de suas comunidades, ao invés de obter ganhos pessoais sendo na maioria das vezes vistas como neutras. A presença de mulheres nas negociações também pode facilitar interações mais produtivas e menos agressivas. A sua presença pode, portanto, temperar a hostilidade e promover um foco na oportunidade de melhorar a sociedade pois as mulheres são “menos propensas a expressar a

raiva e mais a propôr compromissos com mais frequência”, o que pode levar a uma troca menos conflituosa. As mulheres desempenham um papel integral no desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), já que muitas vezes assumem a tarefa de “apoiar, reintegrar e reabilitar ex-combatentes”. As mulheres fazem isso fornecendo assistência física e alojamento temporário, cuidando de crianças-soldados e oferecendo aconselhamento. Combatentes são frequentemente mais dispostos a entregar armas às mulheres. As mulheres investem em uma implementação bem-sucedida de DDR, pois sabem que são vulneráveis à violência extrema. As mulheres podem pressionar seus maridos ou filhos para buscar soluções mais pacíficas para o conflito. Muitas organizações de mulheres também promovem a educação para a paz. As mulheres, bem como organizações de mulheres, adoptam uma variedade de estratégias para reduzir o medo e a incerteza após o conflito e promover um ambiente de confiança e colaboração.

4.3 Panorama Situacional de Moçambique

Quando questionadas sobre a participação das mulheres na pacificação em Moçambique, a maioria das participantes dos círculos de conversa afirmou que as mulheres não se envolveram activamente no processo negocial. De acordo com uma das participantes, até 1992 Moçambique não tinha leis específicas de protecção da mulher e não havia um debate sobre a igualdade de género. Apesar disso, Moçambique já possuía normas que incentivavam a emancipação da mulher. Todavia, é preciso reconhecer que ao nível do Governo e das forças armadas o espaço ocupado pela mulher era ínfimo. Como corolário, nenhuma mulher fez parte das delegações do Governo da FRELIMO e da RENAMO nas negociações em Roma, embora os mecanismos de consulta popular conduzidos pelo então Presidente da República, Joaquim Alberto Chissano, tenham envolvido as mulheres através de uma forte campanha de consulta popular cujo objectivo era sensibilizar a população e colher a sua opinião sobre a possibilidade de negociar com a RENAMO. Segundo algumas entrevistadas, o referido processo envolveu muitas mulheres da Organização da Mulher Moçambicana (OMM)³².

Não obstante esta possibilidade de participação através das consultas públicas realizadas, as mulheres reconhecem que ainda não são reconhecidas como actores relevantes nos processos de paz, o que é confirmado pela sua contínua ausência nos processos de paz formais.

O discurso de emancipação ajudou a mulher a ser mais activa e a lutar pela sua sobrevivência, mas não quebrou a estrutura patriarcal que governa a sociedade moçambicana, referiu uma das nossas entrevistadas ao afirmar que “...apesar dos discursos emancipatórios actuais nem tudo está bem pois, a tradição e as práticas culturais também representam obstáculos desafiadores à inclusão das mulheres nos processos de paz e reconciliação ou na governança do pós-guerra”³³.

Pode-se constatar que se tem avançado no fortalecimento do papel da mulher na esfera pública e política no país. Porém, tais avanços ainda são incipientes já que as mesmas ainda não têm voz nos órgãos de tomada de decisão. Até hoje a mulher ainda reivindica por espaço. Não raras vezes tal como nas negociações para o acordo de cessação de hostilidades algumas mulheres³⁴ foram por força das suas funções indicadas para tomarem parte no processo de negociação mas não estiveram em posições de tomada de decisões. Não existe equidade na tomada de decisão. Nenhuma mulher participou no processo de paz que conduziu ao acordo de Roma³⁵ e esse cenário só poderá ser revertido se a sociedade em geral, incluindo as mulheres e os movimentos feministas exigirem maior espaço de afirmação nos processos de negociação para a paz como o que actualmente está em negociação

³² A Organização da Mulher Moçambicana é uma organização partidária da FRELIMO criada pelo então presidente de Moçambique Samora Moisés Machel com o objectivo de organizar a emancipação da mulher. Actualmente congrega e organiza muitas mulheres nas comunidades rurais.

³³ Procuradora Geral Adjunta da Província de Gaza entrevistada no dia 26 de Agosto de 2018

³⁴ Benvinda Levi então ministra da justiça que integrou a Delegação do governo nas negociações iniciais de paz em 2016. Para além de Benvinda Levi do lado governamental, Maria Joaquina integrou a delegação da Renamo que foi posteriormente baptizada de comissão mista criada em Maio de 2016 com objectivo organizar os contactos iniciais para o encontro entre o Presidente da República e o então Líder da Renamo.

³⁵ O Acordo de Roma tinha duas delegações: Uma da Renamo chefiada por Raul Domingos e outra Governamental chefiada por Armando Guebuza tendo sido mediada e acompanhada por autoridades das igrejas cristãs com destaque para a Igreja Católica, do governo italiano e vários governos africanos sem nenhuma

Contributo das Mulheres Para a Pacificação em Moçambique

“...Não fomos consultadas porque acham que as mulheres são incapazes. Na verdade, os homens são egoístas. No actual processo de paz só participam homens. A única excepção foi a participação da Benvinda Levy e Maria Joaquina na comissão mista. Os homens ainda não dão valor às mulheres. Eles têm medo das mulheres. As mulheres pensam que não são capazes. As mulheres se limitam e como consequência os homens não nos dão espaço. O espaço se conquista. Hoje a mulher já tem visão. Diferente daquela mulher do passado. Durante a guerra elas eram proibidas de exercer muitas actividades. Mas a mulher ainda continua a sofrer vários tipos de violência. Uma das formas importantes de violência é a exclusão dos processos de tomada de decisão das questões políticas mais importantes, principalmente aquelas que lidam com questões de defesa e segurança. Nem todo o homem está satisfeito com a liberdade que a mulher usufrui hoje e nem todos os homens estão interessados no empoderamento da mulher. A emancipação incomoda alguns homens. Outros homens não aceitam o poder que a mulher está a ter nos últimos anos. As mulheres devem reclamar para alcançar essa posição e reclamar de forma unida. Nós somos culpadas, não reclamamos nem exigimos nossos direitos, a ausência das mulheres se deve à fraqueza da própria mulher que não sabe fazer-se ouvir nem se impôr...”

Fonte: Depoimento de Círculo de Conversas na Província de Nampula, Setembro de 2018

Na opinião das participantes dos círculos de conversa, o envolvimento das mulheres poderia mudar de forma significativa a forma como determinados assuntos e temas relacionados com a guerra são tratados pois, a sua sensibilidade e tacto poderiam contribuir para fazer imposições exequíveis, fazer cedências necessárias e contornar obstáculos que surgem muitas vezes pela atitude intransigente e agressiva das partes em negociação que, muitas vezes negociam sem considerar as implicações reais que a guerra tem nas vítimas.

Advocacia pela participação das mulheres em processos negociais deriva essencialmente da sua capacidade de ouvir e expressar sentimentos e pelo facto de serem elas que mais se ressentem das consequências dos conflitos.

Na opinião das mulheres entrevistadas, a gestão dos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração - DDR, e do reassentamento dos deslocados de guerra e refugiados poderia ser melhor gerida por mulheres por estas serem orientadas para resultados e possuírem capacidades natas de gerir processos complexos e partilhar recursos escassos sendo mais orientadas para a equidade.

A ausência de mulheres também voltou a verificar-se no processo de formação das novas forças armadas, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique - FADM. Nenhuma mulher foi escolhida para chefiar os novos comandos criados.

No processo de negociações que culminou com a assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares a 5 de setembro de 2014, a mulher fez o seu papel ao pressionar através dos movimentos de pressão organizados por algumas organizações que defendem e promovem os direitos das mulheres para que a paz fosse negociada e alcançada entre as partes.

referência à participação de mulheres do governo italiano e vários governos africanos sem nenhuma referência à participação de mulheres.

³⁶ A Renamo anunciou na segunda-feira a suspensão do cessar-fogo que havia declarado a 7 de Maio, depois de na quinta-feira da semana passada terem sido retomados os confrontos entre o seu braço armado e o exército e os ataques a viaturas na principal estrada do país, na região centro, que já provocaram pelo menos um morto e 24 feridos...” Com esta postura, de bandidos armados, já não há dúvidas de que a Renamo continua a ser inimiga do povo moçambicano, que a Renamo não quer a paz, que a Renamo tem medo de participar nas eleições gerais e provinciais de outubro”, afirmou o porta-voz da Frelimo. Notícia recuperada da Agência Lusa: FRELIMO chama bandidos armados à RENAMO disponível em <http://m.redeangola.info/frelimo-chama-bandidos-armados-a-renamo/> “Nós os moçambicanos não somos todos ladrões. Nós os moçambicanos não somos corruptos”, enfatizou Maria Ivone Soares, a chefe da bancada do partido Renamo, num discurso da VI sessão ordinária da Assembleia da República em clara acusação do partido FRELIMO pelos escândalos de corrupção e fraudes em processos eleitorais. Notícia recuperada do Jornal a Verdade disponível em <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/63791-nos-os-mocambicanos-nao-somos-todos-ladros-renamo-nao-se-pode-combater-a-corrupcao-com-um-discurso-romantico-mdm>

No actual processo, as mulheres continuam excluídas dos processos formais de negociação da paz ao não integrarem nem as comissões de descentralização nem as de desmilitarização. Para reverter este quadro, as organizações feministas poderiam se organizar para exigir e pressionar de forma sistemática para que sejam consideradas as questões de género nos processos acima referenciados a partir de uma agenda específica pré-estabelecida sobre como e sobre que bases essa paz deve ser alcançada.

Quando se fala de convivência pós-conflito, ressalta de imediato a questão da consideração da segurança e coexistência pacífica. Para Kriesberg (1998:184), há três maneiras para construir uma base para relações pacíficas e justas em situação pós conflito: primeiro, o acordo deve adequar-se às condições actuais e concretas do conflito; segundo, vários meios devem ser utilizados para reconciliar adversários; e terceiro, a intervenção deve ser construtiva e útil para mover as partes para um melhor caminho.

A consideração mútua entre ex-beligerantes é um instrumento essencial para a reconciliação pois, a partir dela, membros de partes que se tinham antagonizado passam a olhar-se com respeito e a reconhecerem-se como humanos e que por isso possuem direitos iguais. A dimensão da segurança preconiza a ausência de vontade de retaliação da vítima sobre seu ex-agressor e os ex-adversários passam a confiar uns nos outros sem temerem qualquer tipo de ataque da contraparte. O facto é que a convivência pós-conflito em Moçambique, apesar de não ter resultado em violência generalizada não permite dizer que houve uma reconciliação ou que existe consideração mútua e sentimento de segurança, tal como defende Veloso (2018:15) ao afirmar que “...a melhor reconciliação é o reconhecimento político e construtivo do partido Renamo e vice-versa...”

Nas regiões onde a guerra assumiu um carácter mais agressivo, principalmente nas províncias de Gaza, Sofala e Zambézia, as pessoas ainda guardam um ressentimento e a sensação de terem sido injustiçadas por uma das antigas partes antagonicas. Pessoas que estiveram sob domínio ou protecção da RENAMO mantêm um elevado antagonismo e insatisfação com relação ao Governo e vice-versa. Estes ressentimentos manifestam-se clara e abertamente durante os períodos eleitorais onde o discurso de vitimização sempre recupera culpas do passado.³⁶

Todos se incriminam e sempre que a oportunidade aparece recorre-se da violência. As simpatizantes dos partidos Frelimo e Renamo confrontam-se num campo de batalha cuja missão é denegrir o outro em função do que tenha feito no passado, o que muitas vezes é feito buscando-se algum benefício eleitoral. Como consequência, a reconciliação nunca se efectiva.

Do mesmo modo que se mantêm as memórias do passado, os simpatizantes dos ex-beligerantes não se sentem seguros o suficiente para conviverem sem receio de retaliação ou contra-ataque de seus adversários. O receio da contraparte é bem visível nos períodos que antecedem os pleitos eleitorais quando se erguem barricadas de identidade partidária e mesmo depois das eleições para um período de incerteza em relação a segurança pois os insatisfeitos estão sempre predispostos a instalar a desordem. Apesar de Moçambique experimentar períodos de calma significativos, a intolerância política manifesta-se sempre a cada ciclo eleitoral.

Capítulo V:

**Medidas de Reparação
Pós-Conflitos Armados
para as Mulheres**

Medidas de Reparação Pós-Conflitos Armados para as Mulheres

5.1 Panorama Nacional de Reparação Pós-Conflitos em Moçambique

Em Moçambique, não houve medidas e iniciativas sistemáticas e efetivas de reparação pós-conflito, no âmbito da reconciliação nacional. As vítimas apontaram que tiveram que perdoar os praticantes das atrocidades da guerra, para poderem usufruir dos benefícios da paz. O apelo das autoridades governamentais foi para que fossem esquecidos e perdoados os horrores da guerra em nome da convivência e harmonia entre irmãos como efetivamente se passaram a tratar os principais signatários do acordo de paz de 1992 (Joaquim Chissano e Afonso Dlhakama).

Entre as vítimas entrevistadas nos distritos onde o estudo foi conduzido, não foi identificado nenhum caso de vítimas que tenham apresentado alguma queixa ou denúncia formal sobre a violência que sofreram durante a guerra. As vítimas apontaram que não sabiam nem onde nem como realizar tais denúncias, e nem sequer sabiam da possibilidade de apresentar queixas sobre as violações, para além de ser muito difícil encontrar os perpetradores dos actos de violência.

As questões de perdão e reconciliação foram abordadas durante todos os círculos de conversa e tiveram um misto de respostas que variavam entre a dificuldade de aceitar e perdoar de forma geral aqueles que elas acreditam ter sido os causadores do conflito tendo havido sempre uma clara separação o entre “eles” e “nós”, cuja identificação depende claramente da região em questão. Por exemplo, na província de Gaza, “eles” são a RENAMO – e “nós – povo, que muitas vezes era misturado com a FRELIMO ou com as Forças de Defesa que ajudavam as populações depois dos confrontos ou ataques da RENAMO as aldeias. Já em Sofala, por exemplo, “eles” são a FRELIMO, e “nós” a RENAMO e o povo.

Embora o Acordo de Paz tenha sido assinado em 1992, percebe-se que continuam e são visíveis ainda algumas falhas a nível da transformação do conflito³⁷ cuja manifestação se verifica na forma como diferentes pessoas na província de Gaza ou Sofala entendem ou entenderam as questões do conflito, da correlação de forças entre as partes e de quem tem a obrigação de redimir-se dos erros e iniciar um processo de perdão e reparação que possa mudar a dinâmica de relacionamento dos actores que estiveram envolvidos no conflito e por consequência as populações no geral.

As contínuas crises políticas eleitorais são também a prova de que o processo de transformação de conflito não foi exitoso e as partes sempre que podem entram em confrontação directa e ameaçam o retorno a guerra.

No quadro da assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares, em 2014, foi aprovado o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional.³⁸ Este fundo não faz menção às mulheres vítimas de violência armada mas, as mulheres combatentes podem ter acesso ao mesmo por meio de candidaturas. Entre as mulheres entrevistadas, poucas se candidataram ao mesmo e, não tivemos acesso aos dados das mulheres que acederam a ele a nível nacional tendo-nos sido reportado apenas uma beneficiária na província de Sofala durante os círculos de conversa.

Beneficiários do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional

“Em 2014, vieram falar-nos do Fundo da Paz e Reconciliação. Houve um anúncio e alistamento dos que se poderiam beneficiar deste fundo. Até onde soubemos, somente a Dona Isabel é que recebeu financiamento do fundo. Soubemos que ela recebeu 40 mil meticais, para iniciar um negócio relacionado com alojamentos para arrendar. Desde o período do fim da guerra, em 1992, este foi o primeiro grande anúncio de financiamento. Houve o Fundo de Desenvolvimento do Distrito, mas nunca houve clareza de quem poderia receber.”

Fonte: Depoimento Círculo de Conversa na Província de Sofala, Setembro de 2018.

³⁷ Processo de reconhecimento da existência de conflito onde as partes se engajam para reduzir o nível de tensão e hostilidade com vista a transportar o conflito para uma esfera de diálogo, oposição.

³⁸ O Fundo da Paz e Reconciliação Nacional é um fundo criado exclusivamente para dar assistência aos antigos combatentes através de vários projectos de geração de renda e empoderamento dos antigos combatentes que entretanto não faz nenhuma menção às vítimas dos conflitos. Este fundo visa essencialmente promover a inserção económica e social dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional e Desmobilizados de Guerra do Governo e da Renamo.

Os participantes nos círculos de conversa nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza apontaram que as questões de negociação de paz são assuntos dos homens, em Moçambique. Tanto em 1992 assim como em 2014, não se sentiu a presença de mulheres nos processos de negociação de paz.

Foi afirmado de forma reiterada que as mulheres deveriam ser chamadas a participar nos próximos processos de negociação de paz e resolução de conflitos políticos e militares nacionais, considerando a sua experiência nos processos de reassentamento dos refugiados e deslocados bem como no retorno às suas zonas de origem, sobretudo em relação às questões relacionadas com a estabilidade e reconstrução da vida familiar onde as mulheres tiveram um papel importante na aproximação das famílias e na criação de um ambiente de coexistência pacífica entre as mesmas.

Em relação ao sentimento de participação na prevenção e resolução de problemas nacionais, cerca de 25% das mulheres participantes dos círculos apontaram que têm vindo a se potenciar, através da formação, para poderem participar mais activa e produtivamente na solução de problemas nacionais. Em todos os distritos em que o estudo foi levado a cabo; são as mulheres que garantem a prestação dos serviços de saúde nos hospitais a nível dos distritos. Há uma consciência de que a mulher tem capacidade de participar activamente nos processos de prevenção e resolução de problemas locais e nacionais.

5.2 Leis de Amnistia e Reconciliação Nacional

As amnistias, entendidas como actos de esquecimento ou perdão de ofensas passadas em decorrência de conflitos são um tema bastante debatido quando se fala e pensa de justiça transicional e, Moçambique faz parte de uma extensa lista de países que as concederam nas últimas décadas negociando a justiça para obter a paz com objectivo de acabar com as atrocidades da guerra através do esquecimento do passado o que impôs uma forte carga às vítimas que não desenvolveram espaços de reparação nem reconciliação com os infractores.

As experiências relatadas nos círculos de conversa nas províncias de Gaza, Sofala, Nampula e Zambézia expuseram à luz essa carga emocional e traumática reprimida através dos anos e a ausência completa de mecanismos apropriados para viabilizar que as vítimas confrontassem e processassem as experiências do passado.

Nas abordagens de transformação de conflitos, cientistas políticos como Snyder e Vinjamur³⁹ argumentam que a motivação para obter justiça retributiva através de julgamentos e tribunais pode ser pernicioso em termos de construção do estado de direito e da democracia defendendo a solução baseada na concessão de amnistias que podem a curto, médio prazo e principalmente no momento da transição ser mais eficazes na promoção do Estado de Direito, entretanto, à nível internacional são cada vez mais recorrentes os argumentos que sustentam que a amnistias aos crimes de guerra e contra a humanidade são uma séria violação do direito humanitário internacional.

A justiça retributiva é o restabelecimento da justiça através da imposição unilateral de punição ao ofensor, coerente com o que se acredita que o infractor merece em função dos danos causados a comunidade ou a um país. Tal resposta a danos causados é aceite como suficiente para o restabelecimento do status/poder que uma transgressão tenha perturbado.

Até 1991, as partes em conflito entravam em negociações e, nos casos de acordos definiam um pacto de amnistia sem nenhuma espécie de responsabilização internacional. No período pós-guerra fria surgiu uma série de normas em torno do direito humanitário que iniciou a configuração de um tratado que foi finalmente aprovado em 1998 e entrou em vigor em 2002 com a ratificação de cerca de 60 países: o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que define os crimes de guerra

³⁹ Jack Snyder and Leslie Vinjamuri, "Trial and Errors," *International Security*, Vol. 28, No. 3, pp. 5-44.

com imprescritíveis e não amnistiáveis e obriga os países que o ratificaram a julgarem os responsáveis de tais crimes cometidos em decorrência de conflitos armados. Moçambique é um estado signatário deste acordo mas ainda não procedeu à sua ratificação.

No caso de Moçambique, a amnistia concedida por lei⁴⁰ permitiu que, no acordo geral de paz de 1992 se iniciasse um processo de construção da democracia cujo expoente máximo foi a transformação da RENAMO em partido político que participou nas primeiras eleições multipartidárias do país e elegeu representantes a nível da Assembleia da República iniciando um processo de construção de paz que foi por muitos considerado de sucesso até o deflagrar do conflito em 2012. Não obstante, estas amnistias, complementadas pelos ritos e tradições costumeiras que a nível local foram usadas para restabelecer a confiança entre as comunidades, não foram suficientes para criar um clima genuíno de paz nas populações.

As leis de amnistia sistematicamente utilizadas nos processos de resolução de conflitos ao longo da história, enfrentam a oposição da comunidade internacional que tem um papel relevante para determinar se os direitos humanos e as práticas de resolução de conflito são respeitados.

Às mulheres e raparigas, como as principais vítimas da violência dos conflitos em Moçambique têm lhes sido constantemente negado o acesso a justiça e ao reconhecimento das atrocidades a que estiveram e têm sido expostas em situações de conflito aumentando a sua exclusão e marginalização nas suas comunidades e na sociedade no geral havendo por isso necessidade de se encontrar um mecanismo que, a par de garantir a paz em casos de conflitos garanta que as atrocidades cometidas contra as vitimas sejam reconhecidas e punidas por lei.

5.3 Acesso à Justiça e Instituições de Apoio para as Mulheres

Apesar de Moçambique ter um quadro político avançado e ter ratificado várias convenções internacionais relacionadas aos direitos humanos e à igualdade de género, as desigualdades de género no país persistem, entre outras razões devido a factores socioculturais que continuam a discriminar e excluir as mulheres e raparigas da vida social, política e económica entre eles a pobreza, deficiente acesso a educação em detrimento dos rapazes que têm prioridade na educação em muitas das comunidades rurais do país e a dificuldade de implementação das leis e das estratégias nacionais que protegem os direitos das mulheres e das raparigas.

É geralmente aceite que, a nível nacional, há um grande esforço de aprovar e promulgar leis que formalizam a igualdade entre homens e mulheres em muitos sectores e áreas. No entanto, na prática, as mesmas são implementadas num ambiente bastante adverso que prejudica a sua eficácia. Em alguns casos, as mulheres e raparigas não têm conhecimento dos seus direitos, e o sistema judiciário não está preparado para lidar com o facto de as mulheres não terem acesso à justiça de uma forma sensível em relação às questões de género. Isto explica-se, em parte, pela ideia de que “género” é sobre mulheres e não sobre igualdade de direitos e oportunidades ou partilha igual de poderes entre homens e mulheres (Perfil do Género em Moçambique, 2016)⁴¹.

Moçambique possui um quadro político - institucional e legal favorável à promoção da igualdade do género alicerçado no Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019⁴² e uma rede de instituições públicas e da sociedade civil⁴³ que garantem acesso à justiça para as mulheres de um modo específico e para a sociedade em geral. Entretanto, existe um grande défice de informação sobre a existência e actuação de tais instituições que tem contribuído para a contínua marginalização das mulheres, não obstante a existência de leis disponíveis para a defesa dos seus interesses e direitos.

O acesso das mulheres à justiça encontra diversos obstáculos. O alto nível de analfabetismo das mulheres dificulta o seu acesso às instituições que muitas vezes só é possível na língua portuguesa

⁴⁰ Lei n.º 15/92 de 14 de Outubro

⁴¹ http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/4021perfil_de_genero_de_mocambique.pdf

⁴² <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documentos/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Quinquenal>

⁴³ Gabinete de Atendimento à Mulher e Crianças Vítimas de Violência Doméstica, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Liga dos Direitos Humanos, Associação da Mulher Moçambicana de carreira Jurídica (AMMCJ), Associação da Mulher para a Democracia (ASSOMUDE), Associação das Mulheres desfavorecidas (AMUDEIA), etc.

que não é do domínio de um grande número de mulheres em Moçambique. Os valores altos das custas judiciais cobradas pelos tribunais representam um obstáculo económico de acesso à justiça. Além disso, no âmbito do judiciário, as matérias referentes aos direitos humanos em geral, e direitos das mulheres especificamente, não são do conhecimento profundo dos magistrados e magistradas

Os constrangimentos socioculturais e o papel tradicional da mulher na sociedade têm um peso bastante significativo quando analisámos as reivindicações das mulheres na sociedade e, apesar do enorme esforço visível, a superação de tais obstáculos culturais e sociais continua sendo o grande desafio sobre o qual as organizações da sociedade civil, e também o Estado, devem continuar a trabalhar.

Mesmo com um número cada vez maior de mulheres em instituições da justiça, tal como acontece com as mulheres nos tribunais, procuradorias e até no parlamento, a sua influência na promoção e defesa dos direitos das mulheres ainda precisa de ser consolidada. Ainda se faz necessário encarar o desafio que passa pela consciencialização das mulheres de lutar pelo respeito aos seus direitos e de juntar esforços para que a observância dos direitos das mulheres não continue a ser uma miragem e um foco de desigualdade no país.

5.4 Propostas de Medidas de Reparação Individuais e Colectivas e de Não Repetição

Na actualidade, prevenir conflitos, responder a violações de direitos humanos e reconstruir as sociedades das consequências da guerra, requer uma abordagem que incorpore a perspectiva dos académicos, defensores de direitos humanos, partes relevantes e vítimas na resolução do conflito embora os métodos para perseguir esses fins possam colocá-los em posições contraditórias, e às vezes até mutuamente excludentes. Cite-se como por exemplo os casos em que no interesse de se pôr fim ao conflito se consideram irrelevantes as considerações sobre os direitos humanos e responsabilização criminal dos perpetradores de graves violações de direitos humanos.

Esta abordagem foi confirmada por Eduardo Chiziane⁴⁴ que durante um seminário de justiça transicional organizado em Maputo pela ASFC em setembro 2018, reconheceu que durante todo o processo de negociação da paz em que esteve integrado como parte da comissão de descentralização não possuíam mandato para abordar questões relacionadas com a violação dos direitos humanos (defendida como essencial pelos defensores dos direitos humanos) e menos ainda para discutir e perceber as raízes e causas do conflito que tentavam resolver (defendida pelos académicos como condição essencial para a resolução do conflito que garanta que um entendimento das causas do conflito que permita que ele não volte a médio ou longo prazo).

De um modo geral, as políticas de reparação nacionais incluem compensações económicas, uma variedade de benefícios à saúde física e mental, educação, e medidas simbólicas, como um pedido de desculpas pelo governo.

Os resultados obtidos no campo permitiram-nos concluir que embora em moldes diferentes e, respeitando o contexto e o desenrolar que o conflito moçambicano conheceu, as principais medidas de reparação solicitadas pelas vítimas entrevistadas foram:

- (i) Direito de serem ouvidas e de preservar a sua memória sobre o que aconteceu para que não se repita nas gerações vindouras;
- (ii) Direito à educação para os seus descendentes;
- (iii) Acesso à assistência médica e assistência psicológica para o significativo número de mulheres e meninas que continuam a sofrer danos psicológicos decorrentes dos conflitos e dos traumas vívidos e por via disso excluídas da sociedade;

⁴⁴ Jack Snyder and Leslie Vinjamuri, "Trial and Errors," *International Security*, Vol. 28, No. 3, pp. 5-44.

-
- (iv) Acesso a projectos de geração de renda que permitam minimizar o impacto das privações económicas a que estão expostas a maioria das mulheres vítimas do conflito armado em virtude de terem perdido suas famílias e principalmente o garante do sustento dos seus lares durante a guerra; e
 - (v) Responsabilização dos responsáveis pelas atrocidades cometidas contra as suas comunidades.

Alguns desses pedidos podem se encontrar transcritos na seguinte declaração de uma das vítimas:

Depoimento das Vítimas da Guerra, nas Províncias de Gaza, Sofala, Nampula, e Zambézia

“... Já escapamos uma vez da guerra... agora gostaríamos de morrer por doença e não por causa da guerra como morreram meus 5 filhos e familiares... por isso não queremos mais ouvir falar da guerra. Queremos sim que os nossos netos tenham oportunidade de ir à escola e de ter um futuro...”

“...Aqui na Comunidade até hoje ainda existem mulheres que voltaram da guerra malucas e nunca mais se recuperaram... Pedimos apoio para essas pessoas e suas famílias. No hospital elas sempre voltam mas foi a guerra que fez isso...”

“... Perdemos nossas machambas na aldeia onde estávamos... eu vim aqui a fugir da guerra mas não consegui mais ter trabalho... Gostaria de voltar a fazer alguma coisa. Quando fugi da guerra eu estudava enfermagem mas hoje eu posso fazer qualquer coisa...”

“...Meu filho morreu no mato... na guerra não se enterra as pessoas com cerimónia. Cavamos um buraco e o deixamos lá... mas eu gostaria de voltar para honrar o meu filho... mas não sei se sozinha seria capaz de chegar...”

“...Eu não tenho mais família... vivo zozinha. Sem meu marido nem meus filhos mas gostaria de ser útil...Fazer negocio...aprender a cozer roupa. Voltar a viver...”

“...O Governo podia vir nos ouvir... nos ajudar... precisamos de muitas coisas porque depois da guerra fomos abandonados à nossa sorte. Agradecemos muito por vocês terem vindo...” Contem a todos o que vocês ouvirem... São nossos porta-vozes e esperamos que voltem para nos dar resultados...”

Às medidas de reparação acima descritas, podem ser adicionadas medidas que permitam honrar as vítimas dos conflitos em todas partes do território nacional através de uma série de medidas, que incluam a consulta às vítimas para criar memoriais e museus de memória, convertendo espaços públicos como antigos campos de detenção em memoriais que possam fornecer um local de luto e cura para as vítimas, e criar oportunidades para o diálogo social construtivo e a educação sobre o passado, para que os conflitos não aconteçam novamente. Estas medidas têm uma valiosa importância principalmente para as famílias que perderam seus entes queridos no campo e em locais em que não tiveram posterior oportunidade de voltar ou enterrá-los condignamente.

Outra proposta importante para o processo de reconciliação nacional no país está ligada à uma reforma institucional que desenvolva novas instituições e/ou reforme as instituições existentes,

como as forças de segurança ou a polícia, para prevenir futuros abusos e garantir que os direitos humanos e os princípios democráticos sejam respeitados. A inclusão política que busque uma participação pública efectiva e o empoderamento de grupos da sociedade entre eles e as mulheres – evitando que, determinados grupos relevantes para o processo de transformação do conflito de construção da paz sejam excluídos, também deve fazer parte deste processo.

Tendo em vista que as eleições tanto a nível nacional como local são consideradas como a principal fonte de conflito representando um dos sectores mais sensíveis, poder-se-ia programar uma reforma eleitoral substancial no país. Tal reforma deveria contemplar aspectos da equidade de género na composição dos órgãos de topo dessas instituições para que possam representar e promover os direitos das mulheres e raparigas e serem a voz daquelas que não são ouvidas.

Para além dessas, várias outras medidas de não repetição poderiam ser relevantes para apresentar como proposta no presente estudo. Entretanto, consideramos que, reformas legislativas que continuem a dar a primazia aos direitos das mulheres e a garantir, mais do que a equidade do género, a participação das mulheres e de outros importantes segmentos da sociedade na transformação do conflito e na construção da paz como pré-requisito para uma paz e desenvolvimento sustentáveis são essenciais e devem ser tratadas como prioritárias. Infelizmente, a mulher continua a ter um papel muito marginal quando se discutem as questões da paz e da construção do estado pós conflitos eleitorais e há uma clara necessidade de se advogar por uma maior participação dela nesses segmentos da sociedade que impactam de forma bastante específica e incisiva a vida das mulheres.

Muitas formas de violência baseada no género reduzem o empoderamento das mulheres e essa violência acontece todos os dias em espaços públicos e privados e nunca está isolada de outras formas de discriminação socioeconómica, geográfica, étnica, linguística e até etária – raparigas, mulheres e idosas. Por isso, a promoção de políticas públicas que sejam inclusivas e que respondam às necessidades das comunidades e da população no geral também cumprem um papel relevante como uma medida que vai permitir albergar e conduzir de forma eficaz aos anseios da população, baseada na visão da mulher.

O tratamento jurídico eficaz dos casos de tortura e desaparecimento forçado de pessoas também representa uma medida de não repetição que poderia ter um impacto significativo na transformação do conflito principalmente se considerarmos que um dos crimes mais comuns a que estão sujeitas as mulheres e não só em contextos de conflito são os raptos. Durante o conflito, os raptos representaram uma arma de guerra e parte da estratégia de combate dos beligerantes, cujo uso foi confirmado em algumas regiões do país onde a mulher, pelo simples facto de ser mulher e ter sido militar durante a luta de libertação nacional, era obrigada a abandonar a sua comunidade e área de origem por serem vulneráveis a raptos e atraírem os militares para as aldeias onde estavam inseridas.

Depoimento de uma Víctima no Distrito de Manjacaze, Gaza

“...A guerra limitou todas as minhas possibilidades de estudar e ainda tive que abandonar a aldeia quando fui desmobilizada porque o meu pai não queria que eu ficasse aqui por causa das forças da RENAMO. Ele dizia que eu iria atrair a forças da RENAMO para atacar a zona por ter sido militar... mas outros militares homens podiam ficar porque eram os defensores da aldeia”

Considerações Finais e Recomendações

Moçambique viveu 16 anos de conflito armado cujo término foi considerado em muitos círculos internacionais como uma história de sucesso que durou cerca de 20 anos. Entretanto, entre 2012-2013 conheceu-se um período de recrudescimento de ciclos de violência que gerou um questionamento sobre várias questões ligadas à forma como foi conduzido o processo de paz e de reconciliação nacional e como isso contribuiu ao ressurgimento do conflito.

A questão da participação das mulheres enquanto vítimas principais dos conflitos armados mereceu atenção especial no presente estudo que foi realizado para mapear e dar a conhecer o panorama nacional das vítimas dos conflitos através da análise da participação das mulheres em diferentes fases do conflito, sua resolução e no pós conflito com base na experiência internacional e nos trabalhos das Nações Unidas, em especial a Resolução 1325 que tornou visível mundialmente os vários desafios da condição da mulher em situações de conflito que continuam a ser sistematicamente ignorados em várias partes do mundo.

Dado o contexto de conflito que o país viveu nos últimos 40 anos desde a independência nacional e cuja solução sempre se baseou no interesse exclusivo dos actores e das elites políticas, o presente estudo recomenda aos diferentes segmentos da sociedade – governo, doadores sociedade civil, académicos e partidos políticos – que chamem para si a responsabilidade de promover um ambiente de promoção da paz e transformação do conflito que continua latente na sociedade moçambicana e que afecta sobremaneira mulheres e raparigas em todo o país.

Recomendamos:

Ao Governo

Adotar medidas a todos os níveis que permitam a participação das mulheres no actual processo de paz em todos os âmbitos, incluindo nos espaços de debate e de tomada de decisão, através de uma clara demonstração de engajamento e vontade política dos líderes que permita levar a cabo uma efectiva justiça de transição.

Conduzir um profundo processo de reconciliação nacional e de acções de justiça transicional que possam dar à sociedade a garantia de que os conflitos serão resolvidos com base em perspectivas inclusivas que contemplem a visão do género na busca da solução dos problemas da paz e dos conflitos.

Incentivar a participação activa dos actores políticos e do poder público num processo de reflexão conjunta efectiva sobre a aplicabilidade da justiça de transição e de discussão do melhor modelo.

Garantir o acesso à informação (por via física ou eletrónica) para que as pessoas possam ter fontes credíveis, relatos, que demonstrem a realidade dos conflitos armados.

Aos Doadores

Promover um ambiente nacional que permita trazer a visão e a perspectiva do género no processo de negociação de paz em curso que contemple de forma clara e específica as questões do género e reconheça a necessária e importante participação das organizações da sociedade civil neste processo.

Tendo em vista as experiências acumuladas em diferentes partes do mundo, contribuir para trazer ao conhecimento da sociedade civil e do poder público moçambicanos exemplos e boas práticas adoptadas em outros países que contribuam para que Moçambique leve a cabo um processo de paz duradouro e eficaz e um genuíno processo de reconciliação e justiça transicional adaptado ao contexto nacional.

À Sociedade Civil

Desenvolver ferramentas práticas que possam ajudar na construção de um roteiro para implementação dos mecanismos de justiça transicional no país.

Em particular às organizações feministas e de defesa dos direitos das mulheres, aprofundar seus conhecimentos sobre questões referentes à participação das mulheres nos conflitos armados e nos processos de paz que possam servir de base para advogar por uma maior participação das mulheres no processo nacional.

Formular propostas claras e exequíveis sobre que papéis as mulheres podem e estão dispostas a desempenhar no actual processo de paz.

De um modo particular, os advogados e advogadas precisam garantir que normas legais, nacionais e internacionais sejam devidamente respeitadas pela sociedade para exigir o seu envolvimento e participação num eventual processo de justiça transicional

Aos Partidos Políticos

Integrar dentro dos seus espaços a necessidade de adoptar uma perspectiva de género nas suas acções políticas. Porém, que esta integração não se restrinja a uma questão de preencher quotas dentro dos seus sistemas organizacionais que depois não se reflectirão na qualidade dos debates sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no país.

Gerar uma maior consciência quanto aos espaços democráticos à disposição da sociedade para que a recorrência às armas não continue a ser uma opção de luta por interesses políticos.

Aos Académicos

Integrar as questões de género como uma disciplina essencial e objecto de estudo, análise e pesquisa em todos os sectores onde se possa intervir para produzir um conhecimento informado sobre a importância das mulheres e da sua participação em vários sectores da sociedade e principalmente em situações de conflito.

Desenvolver estudos e análises sobre questões da participação das mulheres em conflitos e seu impacto a partir da realidade das experiências vividas por Moçambique durante os conflitos.

Anexo I

QUESTIONÁRIO

IMPACTO DO CONFLITO NA VIDA DAS MULHERES E RAPARIGAS EM MOÇAMBIQUE.

Bom dia/boa tarde. O meu nome é (DIZER O NOME E APRESENTAR O CRACHÁ). Sou Pesquisador/Investigador do ISRI e estamos a trabalhar para um estudo sobre “O Impacto do Conflito na vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique”.

Toda a informação a ser recolhida será confidencial e somente usada para o estudo e, não se vai divulgar nome de pessoas.

I. Identificação das vítimas dos conflitos

Características Demográficas

	sim	não
Idade do entrevistado		
Residência		
Local de Nascimento		
Sexo Masculino Feminino		
Qual é o nível académico mais elevado que concluiu		
Qual é seu estado civil		
Que religião professa		

Condições Socioeconómicas dos Entrevistados

	sim	não
Trabalha?		

II. Panorama Geral da Violência Contra a Mulher em Moçambique

Respeito pela Mulher

	sim	não
A senhora acha que, em Moçambique, a mulher é tratada com respeito?		
A senhora acha que as mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens no nosso país?		
Em que grupo social a mulher é mais respeitada, na sua opinião?		
Para a senhora, as leis brasileiras (?) protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas?		
Em que ambiente a senhora considera que a mulher é mais desrespeitada?		
a) No trabalho		
b) Na família		
c) Na solicitação de serviços		
d) Nas instituições públicas		
e) Na Justiça		

Papel tradicional do homem e da mulher

	sim	não
É dever da mulher ficar ao lado do marido, em qualquer circunstância.		
A mulher deve fazer de tudo para fazer o relacionamento dar certo.		
A principal função da mulher é cuidar da família e da casa, enquanto que a do homem é ser o provedor.		
A mulher deve ser protegida pelo seu parceiro.		
Espera-se que o homem seja mais enérgico em suas atitudes, pois ele deve ser o chefe da família.		
O companheiro tem o direito de impedir sua mulher de usar determinadas roupas.		
A última palavra sobre as decisões da casa é do homem		
A mulher deve servir o homem na cama sempre que ele precisar.		
A mulher nunca pode recusar servir o marido.		

Qual é a sua opinião em relação a violência doméstica contra a mulher?

	sim	não
É uma questão cultural		
A violência contra a mulher é normal?		
Uma mulher deve aceitar a violência do marido para não perder o lar		
Algumas mulheres gostam de ser agredidas		
Algumas mulheres merecem levar porrada dos maridos		

Que tipo de violência as mulheres sofrem mais em suas casas e na sociedade?

	sim	não
Física		
Sexual		
Psicológica		
Moral		

Com que frequência as mulheres sofrem violência dentro das suas famílias?

	sim	não
Sempre		
Quase sempre		
De vez em quando		
Raramente		
Nunca		

O que justifica a violência doméstica contra a mulher?

	sim	não
Quando o homem está desempregado fica violento em casa		
Geralmente o homem que bate na mulher está sob efeito do álcool ou outras drogas.		
Os homens só agredem quando estão com ciúmes.		
Ele torna-se agressivo quando a mulher se comporta mal e se envolve com outros homens		
Se ele não me agride significa que não me ama		

Responsabilidade da vítima

	sim	não
Se uma mulher tiver sido violentada foi por merecer.		
Mulher precisa de ser violentada para se manter na linha.		
Se a mulher dá sinais de interesse por outro homem é aceitável que o companheiro se altere e agrida a mulher.		
A mulher provoca ao querer sair sozinha. Não é a toa que o homem é violento.		
Mulher gosta de ser violentada.		
Mulher que tem muitos amigos do sexo masculino deve ser mantida em "rédea curta".		
A mulher que se comporta mal e deixa o homem bravo encoraja a violência doméstica.		

III. Participação das Mulheres nos Conflitos Armados

Como entrou na guerra?

	sim	não
Fui para a guerra por vontade própria		
Fui raptada e forçada a ir à guerra		
Nasci numa base militar		

Como as mulheres participaram na guerra?

	sim	não
Espiã		
Informante		
Messageira		
Combatente		
Cozinheira		
Carregadora de mantimentos		
Instigadora e agitadora		
Pilhagem de bens		

Porque a violência perpetrada por mulheres durante a guerra

	sim	não
Tinha que executar ordens		
Fui forçada a violentar outras pessoas		
Mandou estuprar uma mulher durante a guerra		
Fui forçada a matar		
Vingar o assassinato de seus entes queridos		
Para se proteger		

IV. Violência Cometida Contra a Mulher Durante os Períodos de Conflitos Armados

Que tipo de violência as mulheres sofrem durante a guerra?

	sim	não
A senhora já foi vítima de algum tipo de violência?		
Qual foi o tipo de violência?		
a) Assédio sexual		
b) Violação sexual		
c) Estupro em grupo,		
d) Escravidão sexual		
e) Estupro envolvendo a inserção de objectos na vagina da vítima		
f) Mutilação genital feminina		
g) Casamentos forçados		
h) Tráfico de mulheres para exploração sexual		
i) Prostituição forçada		
j) Humilhação sexual		
k) Forçada a expor o corpo a frente de vários homens		
l) Seios e genitais tocados por vários homens		
m) Penetração anal forçada		
Quantas vezes a senhora foi vítima de violência?		
Qual era sua idade na primeira vez em que ocorreu a violência?		
Quem foi seu agressor?		
A senhora já presenciou algum acto de violência doméstica contra alguma mulher?		

O que justificativa a violência contra a mulher durante a guerra?

	sim	não
Violação como estratégia de terror para intimidar a população		
Violação como meio de criação de coesão entre combatentes		
As mulheres são usadas como prémio (espólio) de guerra		
As mulheres são violadas por causa da necessidade dos combatentes		
Violação como meio de destruir a coesão social e cultural		
Violação como meio de extracção de informações		
É um modo de libertar a energia sexual reprimida dos soldados		
É um acto que visa criar uma atmosfera de submissão da população		
É uma forma de demonstrar poder e controlo		

Quais são as Consequências Psicológicas/emocionais da violência contra mulheres na guerra?

	sim	não
Medo,		
Raiva		
Vergonha		
Perda de auto-estima e autoconfiança		
Sentimento de culpa		
Aumento da agressividade		
Depressão		
Ansiedade		
Ataques de pânico		
Perda de Confiança		
Sensação de vulnerabilidade		
Dificuldade para dormir		
Dificuldades de concentração		
Dificuldades de manter relações amorosas		
Transtorno de estresse pós-traumático		
Transtornos de comportamento		

Quais são as consequências físicas da violência contra a mulher durante a guerra?

	sim	não
Lesões nos órgãos reprodutivos,		
Fístulas traumáticas		
Aborto forçados		
Infecção por HIV-SIDA		
Gravidez precoce		
Destruição da capacidade reprodutiva da mulher (infertilidade)		
Perda de memória		
Disfunção sexual		

Quais são as consequências sociais da violência contra a mulher durante a guerra?

	sim	não
Divórcio		
Isolamento social		
Interrupção da escolaridade		
Limitação das oportunidades de emprego		

Quais são as consequências Económicas da violência contra a mulher durante a guerra?

	sim	não
As mulheres tornaram-se mais pobres		
As mulheres perderam propriedades e bens		
As mulheres perderam a oportunidade de estudar e não conseguem emprego		
As mulheres perderam emprego		
As mulheres grávidas não conseguem alimentar os filhos		
As mulheres são excluídas dos benefícios económicos		

V. O Processo de Reconciliação Nacional vs Convivência Pós-Conflito

Alguma vez apresentou alguma queixa contra a violência que sofreu durante a guerra?

	sim	não
Se nunca apresentou. Porque não apresentou queixa?		
Se já apresentou queixa. Onde apresentou a queixa?		
Como foi o atendimento recebido na instituição na qual a senhora apresentou queixa?		
Ficou satisfeita com a resposta?		

Por que é que nunca apresentou queixa?

	sim	não
O violador é seu actual marido		
Nunca pensei nisso		
Medo de represálias		
Alguém me desencorajou		
Alguém me impediu		
Vergonha		
Não queria que alguém soubesse		
Já perdoei		
Prefiro esquecer		
Não tinha a quem queixar		
Não sabia para onde recorrer		
Não havia sitio para ir queixar		
Os serviços estavam muito distantes ou difíceis de se chegar		

Recebeu algum apoio depois da guerra terminar?

	sim	não
Da polícia		
Do hospital ou centros de saúde		
Dos serviços sociais		
Da Igreja ou organização religiosa		
Dos serviços de justiça		
De organizações de apoio as vítimas da guerra?		

Houve responsabilização por crimes de violência sexual contra mulheres com o fim da guerra?

	sim	não
Conhece algum violador que foi responsabilizado depois do conflito ter terminado?		
Tem conhecimento de alguém que tenha sido julgado por ter cometido violência sexual contra mulheres?		
Alguém foi julgado aqui na comunidade?		

Houve alguma reparação sobre os danos sofridos pelas mulheres durante a guerra?

Anexo II



Seminário sobre Justiça Transicional – Um Olhar Sobre Moçambique

Observações e recomendações

12-13 de setembro de 2018

Nos dias 12 e 13 de setembro de 2018 foi realizado na cidade de Maputo, Moçambique, o “Seminário sobre Justiça Transicional – Um Olhar Sobre Moçambique”, organizado pela Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC). O evento contou com apoio da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e é parte do projeto de um ano “Fortalecimento do acesso à justiça em Moçambique” que a ASFC leva a cabo no país com o apoio do Alto Comissário do Canadá (Global Affairs).

O seminário reuniu ao longo dos 2 dias cerca de 60 participantes provenientes de uma pluralidade de setores, entre os quais, organizações da sociedade civil, representações diplomáticas, partidos políticos, órgãos de governo, academia e congregações religiosas para com o objetivo de difundir o conceito de justiça transicional (JT) e os mecanismos que a compõem, além de debater sua aplicabilidade em Moçambique.

Especialistas internacionais na matéria compartilharam experiência da implantação de comissões da verdade e de justiça e reparação na África do Sul, Brasil, Mali, Guatemala e Colômbia provendo exemplos práticos de mecanismos voltados à busca da verdade, responsabilização criminal, medidas de reparação às vítimas e medidas de não repetição.

Além disso, o encontro constituiu o foro oportuno para a divulgação dos achados preliminares da pesquisa sendo elaborada pela Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento - MULEIDE e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – CEEI/ISRI, em parceria com a ASFC, sobre o impacto do conflito armado na vida das mulheres e raparigas em Moçambique. Os pesquisadores expuseram as informações derivadas de entrevistas que realizaram com cerca de 240 mulheres em 4 províncias de Moçambique (Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza), através das quais puderam constatar, pela escuta das próprias vítimas do conflito, as feridas sociais das comunidades não foram saradas e há, ainda, várias percepções sobre as partes beligerantes que são repercutidas no *modus vivendi* e escolhas políticas das várias comunidades.

A seguir, sintetizamos as principais conclusões extraídas das apresentações e debates que se deram ao longo do seminário e que foram partilhadas com todos e todas participantes no encerramento do evento:

Conclusões do debate

As vítimas do conflito armado: suas vozes e necessidades

- 1 As vítimas da violência do conflito armado querem falar, contar suas histórias, o que sofreram, e as consequências que a violência causou em suas vidas, muitas vezes interrompendo brutalmente o desfrute pleno de sua existência (“um futuro que nunca chegou”).
- 2 A “regra” do silêncio e do esquecimento, que permeia até hoje diferentes setores da sociedade, não pode seguir prevalecendo e se faz imprescindível superar esse obstáculo.
- 3 O impacto do conflito na vida das mulheres ainda não foi abordado de maneira abrangente, apenas de maneira periférica. Há uma lacuna de dados e informações, e uma necessidade urgente de produção de relatórios e pesquisas mais aprofundadas sobre as diversas formas que o conflito armado afetou a vida das mulheres em diversas dimensões: social, econômica, psicológica e física.
- 4 As mulheres vítimas dos conflitos se queixam da ausência de apoio psico-social e falta de instrumentos de acesso à educação, trabalho e empoderamento econômico no pós-guerra, visto que os conflitos destruíram o património das comunidades; e pedem apoio de várias formas, incluindo educação e trabalho e projectos de empoderamento econômico para as suas famílias.

Pilares para a implantação de um processo de justiça transicional efetivo

- 5 As vítimas têm que estar no centro dos processos de justiça transicional
- 6 JT pressupõe uma participação multisetorial e multidisciplinar, na qual as vítimas exerçam um papel central. Pesquisadores, advogados, organizações da sociedade civil, grupos religiosos, etc – todos devem estar envolvidos, e os e as participantes de diferentes setores expressaram seu desejo de ser parte ativa neste processo. É um processo que implica a participação ampla e plural de diversos setores da sociedade. (“Justiça transicional não é algo somente de advogados”).
- 7 O início e término do processo de justiça transicional não é facilmente determinável, o importante é serem levadas a cabo acções para garantir justiça no pós-guerra para as vítimas e todos os outros actores, e a sociedade civil pode dar início a um processo de justiça transicional de forma independente, com ou sem a implantação de um processo formal. A implementação de comissões da verdade não são o começo nem o fim. Tampouco existe um modelo acabado justiça de transição: cada país deve olhar para as suas especificidades e escolher o melhor modelo para si, podendo ter em conta exemplos de outros países.
- 8 O engajamento e a vontade política dos líderes são chave para o alcance de uma efectiva justiça de transição.
- 9 A participação ativa dos atores políticos e do poder público é necessária para uma reflexão conjunta efetiva sobre a aplicabilidade da justiça de transição.
- 10 Quanto as comissões da verdade, o modelo mais comum e com maior potencial de atingir resultados, é de ser criado como órgão público, com um estatuto próprio que inclui independência deste órgão.
- 11 Acesso à informação (por via física ou electrónica na actualidade) é fundamental para que as pessoas possam ter fontes credíveis, relatos, que demonstrem a realidade dos conflitos armados.

Justiça transicional em Moçambique: a sua relevância e condições para a sua aplicação

- 12 A sociedade moçambicana precisa da justiça transicional - “Moçambique está chorando por isso”- mas as pessoas não conhecem o que é a justiça de transição, seu conceito e componentes. Porém, o que elas reivindicam na prática constituem medidas que compõem os pilares deste instituto. Este seminário proporcionou um espaço pioneiro para discutir e trazer à tona esse assunto.
- 13 A sociedade civil precisa de ferramentas práticas que possam ajudá-la na construção de um roteiro de como implementar concretamente os mecanismos de justiça transicional no país.
- 14 O facto do conflito ter ressurgido em 2012 assustou os cidadãos e a sociedade civil, pelo que há receio que os horrores da guerra ressurgam, daí a sociedade civil e as vítimas gostariam de ter garantia de não repetição. Acredita-se que um processo de justiça de transição pode ser parte da solução.
- 15 Existem ainda efeitos da guerra em determinadas comunidades/províncias que não esqueceram os horrores da guerra e indirectamente castigam o partido da facção beligerante e os seus membros em vários momentos, incluindo nos pleitos eleitorais.
- 16 O facto de Moçambique se encontrar repetidamente em situações de conflito, significa que as raízes dos problemas não foram abordadas, e os participantes identificam a necessidade de se pôr um termo a esta realidade e se alcançar uma paz duradoura e sustentável.
- 17 O perdão e a reconciliação não foram consolidados nem efectivos em Moçambique. As vítimas da guerra que por obrigação levaram a cabo algumas funções nos conflitos (por exemplo crianças soldados) não foram devidamente reintegradas nas suas comunidades.
- 18 A sociedade civil e as vítimas geralmente não são consultadas nos processos de negociação da paz, mas é imprescindível que as mesmas tenham um espaço para se pronunciar e participar no processo de desenho e implementação dos acordos de paz. A sociedade moçambicana precisa estar mobilizada para exigir o seu envolvimento e participação neste processo e, em particular, os advogados e advogadas precisam garantir que normas legais, nacionais e internacionais sejam devidamente respeitadas.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAMSSON, Hans e Anders Nilsson (1995). Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique: “Empowerment” e Espaço de Manobra. PADRIGU e CEEI/ISRI, Maputo.
- AFRICAN UNION COMMISSION (2016). Implementation of the Women, Peace, and Security Agenda in Africa. African Union. Addis Ababa – Ethiopia
- BABBIT, Eileen F (2011): Conflict Resolution and Human Rights in Peacebuilding: Exploring the Tensions, UN Chronicle, Vol. XLVIII No. 2 2011 consultado no dia 22 de Setembro em <https://unchronicle.un.org/article/conflict-resolution-and-human-rights-peacebuilding-exploring-tensions>
- BABBIT, Eileen F. and LUTZ, Ellen L. (eds.) (2009): Human Rights and Conflict Resolution in Context: Colombia, Sierra Leone, and Northern Ireland. Syracuse, New York: Syracuse University Press;
- BERGH, Lucia Van Den (2009). Porque Prevaleceu a Paz? Moçambicanos Respondem. AWEPA, Amesterdão/Maputo.
- BOWEN, Merle L. (2000): The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique, University Press of Virginia, Charlottesville.
- CABÁ, Sérgio N (1997): A guerra na província da Zambézia e o papel do Malawi, 1975-1988, Dissertação de Licenciatura, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.
- CASIMIRA, Aisake (2003). The Role of Women in Developing a Culture of Peace. Paper presented at the Ministry of Reconciliation and Unity workshop titled “The Hand that Rock the Cradle holds the key to a United Fiji”
- CASIMIRO, Isabel e ANDRADE, Ximena (1992). Construindo Uma Teoria de Género em Moçambique. Estudos Africanos N° 11/12. Maputo: CEA/UEM, 1992
- COELHO, Elza Berger Salema et all (2014), Violência: Definições e Tipologias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS (2009), Género e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Género, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo, versão 2009, Rio de Janeiro, CEPESC; Brasília : SPM, 2009
- DE GRUCHY, Jhon W (2002): Reconciliation: Restoring Justice (Minneapolis: Fortress Press,
- DINERMAN, Alice (2006): Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa: The Case of Mozambique, 1975-1994, Routledge, And London.
- EDOHO, Félix Moses (Editor) (1997): Globalization and the New World Order – promises, problems and prospects for Africa in the twenty-first century, Praeger, Westport, Connecticut London
- FARELL, Emily & SEIPP, Kathy (2008): The Road to Peace, a Teaching Guide on Local and Global Transitional Justice Consultado no dia 19 de Setembro em Fonte: https://www.theadvocatesforhumanrights.org/uploads/road_to_peace_web_version_2.pdf
- GEFFRAY, Christian (1990): La cause des armes au Mozambique. Anthropologie d’une guerre civile, CREU, Paris.
- HONWANA, Alcinda (2002): Espíritos vivos, tradições modernas: Possessão de espíritos e reintegração social pós guerra no sul de Moçambique. Maputo, Promédia <https://www.cfr.org/interactive/womens-participation-in-peace-processes/case-studies>
- JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg.(2007) Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: ZAHAR
- JATOBÁ, Daniel. (2013) Teoria de Relações Internacionais São Paulo: Saraiva, 2013.

-
- KAUFFMAN, Joyce P. & WILLIAMS, Kristen P. (2013): *Women at War, Women Building Peace: Challenging Gender Norms*, Kumarian Press
 - KORA, Andrieu (2010): *Transitional Justice: A New Discipline in Human Rights* disponível em <http://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/fr/document/transitional-justice-new-discipline-human-rights-0>
 - LALÁ, Anícia e OSTHEIMER, Andrea (2003). *Transição e Consolidação Democrática em África: Como Limpar as Nódos do Processo democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique (1990 – 2003)*, Konrad-Adenauer-Stiftung, Maputo.
 - LEDERACH, Jhon Paul & MAIESE, Michele (2003): “Conflict Transformation,” *Beyond Intractability*, eds. Guy Burgess and Heidi Burgess, Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder
 - MCCARTHY Mary K. (2011) “Women’s Participation in Peacebuilding: A Missing Piece of the Puzzle?” *University of Pennsylvania*.
 - MÁRIO, Tomás V. (2004): *Negociações de Paz de Moçambique – Crónicas de Roma*, CEEI-ISRI
 - MATOS, Narciso (2018), *Paz, Educação, Trabalho, Felicidade e Bem-Estar*. In: *Economia e Mercado – Julho/2018*, p.24-25, Maputo, Moçambique.
 - MAZULA, Brazão et all (Editor) (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. 1ª Edição. Inter África Group, Maputo.
 - MINTER, William (1998). *Os Contra do Apartheid: As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique. Estudos 13. Imprensa Universitária UEM, Maputo.
 - MOREIRA, Adriano (1962), *Direito Corporativo*, In: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1962), *Política e Ensino, Estudos Ultramarinos – V.11*, UTL, Revista Trimestral do ISEU – UTL.
 - NEVES, Carlos Eduardo (2010): *Justiça retributiva e justiça restaurativa*, consultado no dia 13 de setembro de 2018 em www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6818/Justica-retributiva-e-justica-restaurativa
 - NEVES, Sofia e COSTA, Dália (coord) (2017): *Violências de Género*, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Edições ISCSP, IISBOA.
 - NGUYEN VO, Dan Sinh (2008): *Reconciliation and peace transformation*, consultado no dia 14 de Setembro em <https://www.beyondintractability.org/casestudy/vo-reconciliation>
 - PERTERSON, M. J. e RUNYAN, S.A. (1993): *Global Gender Issues*. Boulder: Westview Press, 1993.
 - RICCARDINI, Andreia (2008). *A Paz Preventiva: Esperanças e Razões Num Mundo de Conflitos*. Tradução de Humberto Luiz Sada de Almeida. Editora Cidade Nova, São Paulo.
 - SARFATI, Gilberto (2006): *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva
 - SEIBERTt, Gerhard (2003): *The vagaries of violence and power in post-colonial Mozambique*, in Abbink, Gerrit Jan; De Bruijn, Mirjam; Walraven, Klaas Van (eds): *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History*, Brill, Leiden.
 - SENTAMA, Ezequiel (2014): *Unity and Reconciliation Process in Ruanda. 20 years after the 1994 Genocide perpetrated against Tutsi*
 - SJOBERG, Laura e TICKNER, J. Ann. *Feminist Perspectives on International Relations*. In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas e Simmons, Beth A. *Handbook of International Relations*. London: SAGE,
 - TICKNER, J. ANN. *Gender in World Politics*. In BAYLIS, John; SMITH, Steve e OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Sixth Edition. Oxford: Oxford University Press, 2014. PP. 258-273.

-
- TSEMBO, Sihaka (1992): Direitos e Papel das Mulheres no Contexto Político-Jurídico Tradicional: Evolução e Perspectivas. Estudos Africanos N° 11/12. Maputo: CEA/UEM, PP:183-210.
 - VAN LELYVELD & AL KAFARMA Waffa (2018): Women's Participation in the Reconciliation Process, perspectives from Gaza
 - VAUX, Tony et all (2006), Strategic Conflict Assessment: Mozambique
 - VELOSO, Jacinto (2018): A caminho da Paz Definitiva. O Iceberg, o interesse nacional e a segurança do estado, JV Editores, Maputo-Moçambique
 - WENZEL, Michael et all (2007): Retributive and Restorative Justice, consultado no dia 22 de setembro em www.researchgate.net/publication/5889247_Retributive_and_Restorative_Justice
 - WHITWORTH, Sandra. Feminist Perspectives in WILLIAMS, Paul D Eds (2008) in Security Studies: an introduction, London

